



ANA PAULA  
JERÓNIMO DAS  
NEVES  
CASTELHANO

**CONHECIMENTO FINANCEIRO  
DE ESTUDANTES DO ENSINO  
SUPERIOR SOBRE CRÉDITO  
BANCÁRIO**

**O CASO DOS CURSOS DE  
CONTABILIDADE E FINANÇAS  
E DE GESTÃO DA  
DISTRIBUIÇÃO E DA  
LOGÍSTICA DO INSTITUTO  
POLITÉCNICO DE SETÚBAL  
(IPS)**

Relatório de Dissertação do Mestrado em  
Contabilidade e Finanças

**ORIENTADOR**

Doutor, Francisco José Mendes Leote

**CO-ORIENTADORA**

Doutora, Sandra Cristina Dias Nunes

Dezembro, 2018

ANA PAULA  
JERÓNIMO DAS  
NEVES  
CASTELHANO

**CONHECIMENTO FINANCEIRO  
DE ESTUDANTES DO ENSINO  
SUPERIOR SOBRE CRÉDITO  
BANCÁRIO**

**O CASO DOS CURSOS DE  
CONTABILIDADE E FINANÇAS  
E DE GESTÃO DA  
DISTRIBUIÇÃO E DA  
LOGÍSTICA DO INSTITUTO  
POLITÉCNICO DE SETÚBAL  
(IPS)**

**JÚRI**

*Presidente:* Professora Coordenadora, Ana Bela  
Teixeira, Escola Superior de Ciências Empresariais,  
Instituto Politécnico de Setúbal

*Orientador:* Professor Adjunto, Francisco Leote,  
Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto  
Politécnico de Setúbal

*Vogal:* Professor Adjunto, Pedro Pardal, Escola  
Superior de Ciências Empresariais, Instituto  
Politécnico de Setúbal

Dezembro, 2018



## **Agradecimentos**

Tendo consciência que sozinha nada disto teria sido possível concretizar, dedico à minha família em especial aos meus filhos, todo o apoio e carinho que me dedicaram ao longo destes anos de percurso académico.

Um especial agradecimento ao meu Orientador, Prof. Francisco Leote pela sua disponibilidade, pelas opiniões críticas e por todas as palavras de incentivo para a realização deste trabalho.

À Prof. Sandra Nunes também, o meu agradecimento por toda a ajuda e disponibilidade na realização deste estudo. E ao corpo docente da Escola Superior Ciências Empresariais, um muito obrigado, por ter tido oportunidade de fazerem parte da minha formação académica e se disponibilizaram para ajudar e contribuir para a realização do inquérito.

## Índice

Agradecimentos .....	i
Índice.....	ii
Índice de figuras.....	iv
Índice de tabelas .....	v
Índice de gráficos .....	vi
Índice de apêndices .....	vii
Lista de siglas e abreviaturas.....	viii
Resumo .....	ix
Abstract .....	x
1. Introdução .....	1
2. Revisão de Literatura .....	3
2.1. Conceito de Literacia Financeira .....	3
2.2. Importância da literacia financeira na sociedade atual .....	5
2.3. Educação Financeira.....	6
2.4. A Literacia financeira em Portugal .....	9
2.5. O crescente endividamento das famílias portuguesas .....	12
2.6. Crédito Bancário.....	13
2.7. Estudos empíricos .....	18
3. Metodologia.....	21
3.1. População e Amostra .....	22
3.2. Questionário .....	23

3.3. Técnicas estatísticas utilizadas .....	27
4. Análise e discussão dos resultados .....	28
4.1. Perfil do Aluno .....	28
4.2. Inclusão financeira .....	33
4.2.1. Cultura financeira .....	33
4.2.2. Fontes de informação .....	34
4.2.3. Escolha de produtos bancários .....	35
4.3. Compreensão financeira .....	37
4.3.1. Conhecimento percecionado .....	37
4.3.2. Conhecimento real .....	39
4.3.3. Conhecimento percecionado e real .....	43
4.4. Relação do perfil do estudante com o nível de conhecimento real .....	44
4.4.1. Situação ocupacional .....	44
4.4.2. Residência .....	44
4.4.3. Número de produtos de crédito .....	45
4.4.4. Tipos de crédito .....	46
4.4.5. Curso .....	47
4.4.6. Síntese dos resultados .....	47
5. Conclusão .....	49
Referencias Bibliográficas .....	51
Apêndices .....	59

## Índice de figuras

Figura 1 - Modelo conceptual de literacia financeira .....	4
--	---

## Índice de tabelas

Tabela 1 - Princípios e Boas Práticas de Educação Financeira .....	8
Tabela 2 - Referencial de Divulgação de Educação Financeira em Portugal .....	11
Tabela 3 - População e Amostra em estudo .....	23
Tabela 4 - Dimensões do estudo - grupo B e C .....	25
Tabela 5 - Questões para análise comparativa do conhecimento percecionado e real .....	26
Tabela 6 - Género por curso .....	29
Tabela 7 - Conhecimento sobre Portal do Cliente Bancário, serviços mínimos bancários e FINE ..	34
Tabela 8 - Respostas à opção fontes de informação.....	35



## Índice de gráficos

Gráfico 1 - Idade .....	28
Gráfico 2 - Género .....	29
Gráfico 3 - Curso.....	30
Gráfico 4 - Ano.....	30
Gráfico 5 - Situação ocupacional.....	31
Gráfico 6 - Residência.....	31
Gráfico 7 - Qual a fonte de rendimento.....	32
Gráfico 8 - Quem é responsável por tomar decisões sobre dinheiro .....	32
Gráfico 9 - Titular de uma ou mais contas de depósito à ordem .....	35
Gráfico 10 - Detentores de produtos de crédito, qual o número.....	36
Gráfico 11 - Tipos de crédito detidos .....	37
Gráfico 12 - Conhecimento percecionado do curso de Contabilidade e Finanças.....	38
Gráfico 13 - Conhecimento percecionado do curso Gestão da Distribuição e da Logística	38
Gráfico 14 - Nível de conhecimento percecionado da amostra.....	39
Gráfico 15 - Conhecimento real do curso de Contabilidade e Finanças .....	40
Gráfico 16 - Conhecimento real do curso de Gestão da Distribuição e da Logística.....	41
Gráfico 17 - Conhecimento real (nível de compreensão sobre termos financeiros) .....	42
Gráfico 18 - Compreensão financeira - conhecimento percecionado vs. real.....	43
Gráfico 19 - Relação entre situação ocupacional e o nível conhecimento real.....	44
Gráfico 20 - Relação entre residência e o nível conhecimento real .....	45
Gráfico 21 - Relação entre nº de produtos crédito detidos e o nível conhecimento real.....	46
Gráfico 22 - Relação entre tipos produtos de crédito e o nível conhecimento real .....	46
Gráfico 23 - Relação entre tipo de curso e o nível conhecimento real.....	47

## Índice de apêndices

Apêndice 1 - Questionário.....	60
Apêndice 2 - Glossário de termos relacionados com o crédito .....	64
Apêndice 3 - Gráficos.....	65
Apêndice 4 - Tabelas .....	68

## Lista de siglas e abreviaturas

ASF	Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
BCE	Banco Central Europeu
BDP	Banco de Portugal
CF	Contabilidade e Finanças
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
EBF	<i>European Banking Federation</i>
EBTN	<i>European Banking &amp; Financial Services Training Association</i>
ESCE	Escola Superior de Ciências Empresariais
EFAMA	<i>European Fund and Asset Management Association</i>
EMN	<i>European Microfinance Network</i>
EUA	Estados Unidos da América
Euribor	<i>Euro Interbank Offered Rate</i>
FSA	<i>Financial Services Authority in United Kingdom</i>
FINE	Ficha de Informação Normalizada europeia
G20	Grupo dos 20 países da União Europeia
GDL	Gestão da Distribuição e da Logística
GFDR	<i>Global Financial Development Report</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
INFE	<i>International Network Financial Education</i>
IPS	Instituto Politécnico de Setúbal
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	<i>Programme for International Student Assessment</i>
S&P Global FinLit Survey	<i>Standard &amp; Poor's Ratings Services Global Financial Literacy Survey</i>

## Resumo

Sendo a oferta de produtos e serviços financeiros cada vez mais variada e complexa, face às mudanças constantes nos mercados financeiros, torna-se necessário reforçar os conhecimentos e saber gerir essa informação, levando à tomada de decisões esclarecidas, tornando-os menos vulneráveis.

Através da identificação de segmentos que carecem de formação, delineiam-se planos de atuação. Focar os esforços nos jovens é fundamental, estando no início de vida ativa são um segmento da população junto do qual se deve reforçar competências financeiras. Pois estes representam o futuro de novas gerações económicas, políticas e sociais de cada nação, num contexto de competição global.

Neste contexto, é objetivo do presente trabalho avaliar o nível de conhecimento financeiro na vertente do crédito bancário, dos estudantes do ensino superior.

A população em estudo recai sobre os cursos de Contabilidade e Finanças e de Gestão da Distribuição e da Logística, estudantes inscritos no ano letivo de 2017/2018. As metodologias estatísticas utilizadas foram metodologias descritivas.

Os dados foram obtidos através de inquérito por questionário a 231 estudantes e analisados com recurso ao software SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*).

Para a amostra em estudo, selecionou-se um conjunto de variáveis do perfil do estudante - a residência, a situação ocupacional, o número e o tipo de produtos financeiros e por último o curso, de modo a identificar se tem influência no conhecimento. É nesta última variável que se diferencia a classificação.

Os resultados obtidos indicam baixo nível de conhecimento financeiro.

O estudo revelou que existem diferenças nos resultados entre o curso de Contabilidade e Finanças e o curso de Gestão da Distribuição e Logística. O curso com unidades curriculares cujo foco seja a área financeira mostram ser importante veículo condutor desse conhecimento.

**Palavras chave:** Literacia financeira, conhecimento financeiro, crédito bancário, educação financeira, estudantes do ensino superior.

## Abstract

Being the offer of financial products and services increasingly varied and complex, in view of the constant changes in financial markets. It is necessary to reinforce knowledge and manage this information, leading to informed decisions, making them less vulnerable.

Through the identification of segments that lack training, action plans are outlined. Focusing on young people's efforts is fundamental, being at the beginning of active life is a segment of the population where financial competences should be strengthened, as they represent the future of new economic, political and social generations of each nation, in a context of global competition.

In this context, it is the objective of this work to evaluate the level of financial knowledge in the bank credit aspect of higher education students.

The study population is the school of Business Science of the Polytechnic Institute of Setubal and the sample falls on the undergraduate and master courses of the accounting and finance and distribution management and logistics course, enrolled in the academic year 2017/2018. The statistical methodologies used were descriptive methodologies.

The data were obtained through a questionnaire survey of 231 students and the analysis using SPSS (Statistical package for social sciences) software.

For the study sample, we selected a set of variables of the student profile-the residence, the occupational situation, the number and type of financial products and finally the course, in order to identify whether it influences knowledge. It is in this last variable that differentiates the classification.

The results obtained indicate a low level of financial knowledge.

Although the initial objective of the study was not to analyze the financial knowledge by the training area, being both management courses, the study revealed that there are differences in the results between the accounting and finance course and the distribution management course and Logistics. The course with curricular units whose focus is the financial area show to be an important driver of this knowledge.

**Keywords:** financial literacy, financial knowledge, banking credit, financial education, higher education students.

## 1. Introdução

A literacia financeira tem despertado a atenção de governantes a nível internacional. As sucessivas crises financeiras, revelam fragilidades à compreensão financeira, que não podem ser ignoradas. Um estudo elaborado pela Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (2010) em Portugal, divulga que mesmo apresentando um grau de conhecimento acima da média, o cidadão tem dificuldade na compreensão da informação disponibilizada pelas instituições de crédito. Organizações mundiais, tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, a União Europeia, Banco Central Europeu, exprimem uma preocupação generalizada na medida em que a iliteracia junto dos cidadãos pode ter consequências graves nas poupanças familiares e na estabilidade dos mercados financeiros em geral.

A literacia é entendida como competência chave da sociedade contemporânea como um conjunto crescente de conhecimentos, habilidades e estratégias, que os indivíduos desenvolvem ao longo da vida. Todo o processo de construção de conceitos económicos a nível individual, vai sendo construído desde a infância até à fase adulta pelas experiências vividas, da sua interação social no seio familiar, assim como também, na escola e na sociedade, permitindo alavancar o conhecimento, dando-lhe ferramentas úteis para a tomada de decisões financeiras informadas.

A presente dissertação tem como objetivo avaliar o nível de conhecimentos financeiros na vertente do crédito, de estudantes do ensino superior. A amostra recai sobre os cursos lecionados de Contabilidade e Finanças e de Gestão da Distribuição e da Logística, da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal.

O acesso ao crédito foi considerado pelo Banco de Portugal, uma das importantes áreas de atuação no segmento populacional dos estudantes universitários, aquando do inquérito à literacia financeira (BDP,2011a). O desafio prende-se com a necessidade de promover a sua utilização de forma responsável, traduzindo-se no reforço de capacidades dos indivíduos para uma correta compreensão e uma melhor opção de escolha.

Este estudo pretende dar resposta à seguinte questão: - Os estudantes do ensino superior da área financeira apresentam um nível mais alto de conhecimento financeiro na vertente do crédito bancário.

De modo a aferir o nível de conhecimento, procedeu-se à realização de inquérito por questionário aos estudantes do ensino superior inscritos no ano letivo de 2017/2018. A distribuição dos questionários foi realizada em sala de aula, durante o mês de maio de 2018, para posterior análise. O tratamento dos dados foi realizado através de técnicas de estatística com recurso ao software de análise estatística *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)*. As metodologias estatísticas utilizadas foram metodologias descritivas de forma a permitir uma caracterização da amostra recolhida. Dado que as variáveis em estudo eram do tipo qualitativo, nominal e ordinal, a opção passou por construir tabelas

de frequências, gráficos de barras e circulares, construir tabelas de cruzamentos permitindo a construção de clusters por níveis de literacia financeira.

Os resultados apontam para um nível baixo de conhecimento dos estudantes do ensino superior. Tendo sido possível identificar que os estudantes do curso de Contabilidade e Finanças apresentaram melhores resultados.

A presente dissertação está dividida em cinco partes. Após introdução, o segundo capítulo contém uma revisão de literatura que integra a definição de conceitos para o estudo de literacia financeira, com ênfase em algumas investigações incidentes sobre o tema, evidenciando a educação financeira e as consequências da iliteracia financeira. O terceiro capítulo, evidencia a metodologia. Foram adotados os métodos qualitativo, bibliográfico e descritivo, e como técnica de recolha de dados o inquérito por questionário. No quarto capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos. E por último no quinto capítulo, evidencia-se as observações finais, limitações ao estudo e uma perspetiva sobre futuras investigações.

## 2. Revisão de Literatura

A revisão de literatura assente em referenciais teóricos e pesquisas relevantes pretende dar base teórica essencial aos objetivos do presente estudo.

### 2.1. Conceito de Literacia Financeira

Para compreender a importância da formação financeira, é fundamental definir o conceito de literacia financeira situado no conjunto das transformações sociais que tiveram lugar na sociedade contemporânea. Vários têm sido os autores e organismos que se têm dedicado ao estudo da temática, introduzindo conceitos diversos, que ao longo dos tempos, têm vindo a crescer acompanhando a evolução da economia, dos quais faz-se uma exposição.

Literacia financeira pode ser definida como a capacidade de fazer julgamentos informados e tomar decisões concretas, tendo em vista a gestão do dinheiro. Autores como Bay et al. (2014) referem que não pode ser vista somente como a capacidade de ler e escrever numa linguagem financeira, mas sim como um conceito que deve ser situado e estudado na prática, dado as características que se lhe aplicam, variarem no tempo e no espaço.

A OCDE considera como uma importante competência individual e define-a como sendo a “combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitudes e comportamentos, na gestão dos recursos atendendo às condições socioeconómicas, necessários para tomar decisões financeiras sólidas” (OCDE/INFE, 2012a). O Banco Mundial define a literacia financeira como a utilização de serviços financeiros que atendem às necessidades dos cidadãos cuja finalidade seja o bem-estar financeiro (*The Worldbank*, 2013).

Para o Banco de Portugal (BDP,2011b) é a capacidade de tomada de decisões informadas, sobre aspetos da vida financeira, tais como a gestão do orçamento familiar, o controlo da conta bancária e a escolha de produtos e serviços bancários adequados, nomeadamente na aplicação de poupanças e no recurso ao crédito.

Com base numa revisão de estudos desde 2000 até 2009, Redmund (2010), classifica o conceito de literacia financeira em cinco categorias: o conhecimento de conceitos financeiros, a capacidade de comunicar sobre conceitos financeiros, a aptidão para gerir as finanças pessoais, a habilidade na tomada de decisões financeiras adequadas e no planeamento de poupança para futuras necessidades financeiras.

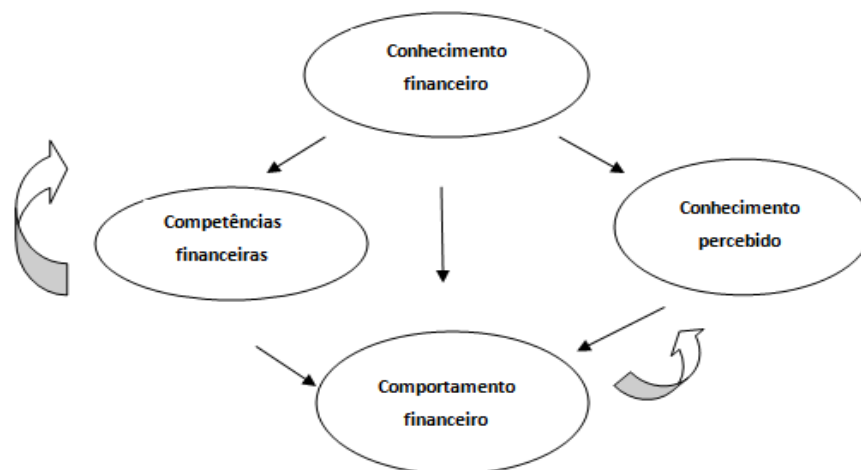
Suwanaphan (2013) interpreta o conhecimento financeiro como uma forma básica de literacia financeira, tendo reflexão na cognição financeira percebida e como influencia as capacidades (“*skills*”), que dele dependem. A experiência adquirida, sustenta-se através do conhecimento financeiro real e percebido. Ainda assim, as relações são suscetíveis de serem imperfeitas, como



cada um também depende de outros fatores, internos e externos para o indivíduo, tais como atitudes e recursos financeiros.

A Figura 1 apresenta essas relações lógicas entre as componentes de literacia financeira.

**Figura 1 - Modelo conceptual de literacia financeira**



Fonte: Suwanaphan (2013)

Wuttke et al. (2016) vão mais além na sua definição, num enquadramento de literatura internacional sob três vertentes. Na gestão de finanças pessoais basicamente orientada para decisões financeiras do dia a dia. No consumidor informado, destacando-se pela sua capacidade de reflexão crítica sobre consumo em contexto financeiro, controlo sobre necessidades de compra, conhecimento dos direitos e obrigações, centralizado “no consumidor”. Uma conceção do tema, orientada para o fortalecimento do poder do consumidor. No cidadão economicamente responsável em questões financeiras, a concetualização deste grupo, orientado particularmente na capacidade de compreender e participar ativamente para uma economia e sistema financeiro “democrático”. Num plano contextual mais amplo da economia e da sociedade, o cidadão não só é abordado como recetor da informação, mas também, como cocriador e participativo na economia e no quadro político.

Por sua vez o Banco Mundial sugere, uma interligação entre literacia financeira e capacidade financeira. A primeira associada ao conhecimento, enquanto que a segunda num contexto mais amplo, englobando o comportamento, as atitudes e o esforço financeiro (Valant, 2015).

No domínio das instituições financeiras, a literacia propicia a compreensão de oportunidades que a disponibilização de produtos e serviços pode oferecer. Contudo, *European Banking Federation* acredita que não se deve aliviar o setor, no seu papel de fornecer aos consumidores informação efetivamente clara e compreensível (EBF, 2014). Vai mais além, no compromisso de programas para os seus colaboradores, especialmente aqueles que estão em contacto com o público, que deverão ter qualificações adequadas, mais uma vez no enquadramento da literacia financeira.

De modo algum, a literacia financeira pode ser interpretada como um conceito de configuração específica.

## **2.2. Importância da literacia financeira na sociedade atual**

O paradigma económico caracterizado pela globalização (OCDE, 2010) e uma transição para a era da informação e do conhecimento, reflete profundas implicações na formação do cidadão. A sociedade atual proporciona oportunidades únicas para os indivíduos, mas também mais incertezas e riscos às opções individuais e uma maior responsabilidade nas suas escolhas.

Mudanças estratégicas, nos mercados financeiros vieram reforçar a atenção política dos governos a nível internacional. Os novos paradigmas da era digital, o desenvolvimento tecnológico e os meios de comunicação, proporcionaram o acesso alargado a todo o tipo de oferta de produtos e serviços diversificados. A desregulamentação bancária, estratégias económicas cada vez mais complexas, cultura de gratificação instantânea por marketing agressivo e uma proliferação de fácil acesso ao crédito (Kozup & Hogarth, 2008) exigem aos consumidores novos desafios, obrigando a que o processo de aprendizagem, se torne requisito necessário ao longo da vida do indivíduo.

As evidências empíricas existentes nas economias desenvolvidas e emergentes, mostram que os adultos expostos à educação financeira, são posteriormente mais propensos a planear a sua reforma. Uma interligação entre educação financeira e resultados sugere mudanças de comportamento positivas (Cull & Whitton, 2011; Lusardi & Mitchell, 2009).

Nos Estados Unidos, um estudo revelou benefícios associados aos detentores de um nível elevado de literacia financeira, estando mais propensos a acumular maior riqueza (Lusardi & Mitchell, 2011). A situação é exemplificada através da participação nos mercados de ações, em que estes indivíduos optam por melhores escolhas de carteira de portfólio (Lusardi & Mitchell, 2011).

Na verdade, os consumidores financeiramente literados são menos propensos a reagir às condições do mercado, de forma imprevisível. Menos propensos a fazer queixas infundadas e mais prováveis a tomar medidas adequadas, para fazer face aos riscos que lhes são transferidos. Noutra perspetiva, exigem serviços de melhor qualidade, tais fatores levarão a um setor de serviços financeiros supostamente mais eficiente e a requisitos de supervisão e regulamentação financeira.

As finanças pessoais e públicas são inseparáveis, sendo que as ações individuais se refletem no futuro da economia. É consensual a ideia de como a literacia financeira beneficia claramente o consumidor, como decisor mais informado, contribuindo para economias sustentáveis e atuando como prevenção de futuras crises financeiras. Admite-se que estas crises financeiras, infelizmente proporcionam experiências ensináveis ao cidadão, aumentando a predisposição para a aprendizagem sobre riscos financeiros, mais do que teria sucedido em circunstâncias normais (Valant, 2015).

No entanto limitações também são apontadas, experiências negativas de indivíduos financeiramente literados. Estudos revelam experiências de indivíduos que optam por decisões incompatíveis com atitudes baseadas em expectativas racionais que podem levar a decisões irracionais. Sendo a sua compreensão apenas explicada através de vieses cognitivos, tendências de pensar de certo modo que levam a desvios sistemáticos de lógica. Não aprofundando muito o tema de finanças comportamentais, um conjunto de teorias procurou compreender o comportamento do tomador de decisões. A título de exemplo, a Teoria do Prospecto veio refletir sobre os desvios do comportamento real face aos modelos normativos, sendo muito generalizados para serem ignorados e sistemáticos para serem considerados erros aleatórios (Kahneman & Tversky, 1979). Lusardi et al (2010) evidenciam uma relação positiva entre literacia financeira e capacidades cognitivas, mas não suficiente para explicar existência de heterogeneidade na literacia financeira.

Assim sendo, pode-se afirmar que sociedades mais desenvolvidas exigem maiores níveis de conhecimento à população, tornando os indivíduos menos vulneráveis. Esta realidade inicia-se por volta do ano 2000, em economias de países desenvolvidos e acentua-se após a mais recente crise financeira em 2008 nos países emergentes. Atuando como catalisador, para a necessidade da implementação de programas de educação financeira e a relevância do intercâmbio sobre políticas internacionais (OCDE, 2013).

### **2.3. Educação Financeira**

A educação financeira não é mais do que a forma através da qual os cidadãos desenvolvem conhecimentos sobre conceitos e conteúdos financeiros. A literacia financeira por sua vez visa estimular atitudes e comportamentos, através desse conhecimento, que levam à tomada de decisões esclarecidas e responsáveis, num contexto financeiro.

O desenvolvimento de competências contextualizando conhecimentos matemáticos, transforma desde muito jovem o indivíduo como participante ativo nas questões financeiras que surgem no seio familiar. Tornando-o não só como observador, mas como decisor e condicionador nas tomadas de decisão, promovendo a cidadania. Jorgensen e Savla (2010) realçam o papel que representam os pais, como meio transmissor de princípios financeiros num contexto de sociabilização.

No entanto, numa abordagem do século XXI, a educação financeira é reconhecida para além disso, com um novo papel (OCDE, 2013). Segundo a OCDE (2013) é o processo pelo qual os consumidores financeiros ou investidores, para além de melhorarem a sua compreensão sobre conceitos através da informação, desenvolvem capacidades e confiança para tomar consciência de riscos e oportunidades, no uso de medidas eficazes, garantindo a proteção dos seus direitos. Assim sendo, evidencia-se uma preocupação de elevar o nível de literacia financeira através da incidência de programas. Orientação para os jovens, dado serem estes os principais tomadores de decisões no futuro. Apelar ao pensamento crítico, ponderar de modo geral para todos os fatores de uma decisão financeira e a percepção do impacto que podem causar.

Com base em avaliações realizadas das necessidades populacionais, organizações a nível mundial, delineiem estratégias, no sentido de desenvolver programas de atuação sobre educação financeira .O objetivo é a disponibilização de informação, que favorece a construção de um pensamento financeiro consistente, desenvolvendo comportamentos autónomos preparando o indivíduo para fazer face a dilemas financeiros.

Racionalizando iniciativas já existentes numa revisão interativa, identificam-se eventuais lacunas do sistema, de modo a garantir o melhor uso dos recursos (OCDE, 2013). Os programas proporcionam modelos cuja finalidade seja enquadrada a cada realidade, envolvendo a cooperação dos *stakeholders* e órgãos de coordenação (OCDE/INFE, 2012a), cumpridos durante um período de tempo.

A OCDE (2013) sugere duas vertentes para os programas. Uma dimensão espaço, que atua sobre o impacto das ações individuais no contexto social e vice-versa. Formação para a cidadania, disponibilizando ferramentas para a tomada de decisões autónomas, baseadas na mudança de atitudes. Ensinar a consumir e poupar de modo ético, de forma consciente e responsável. A segunda será, numa dimensão temporal, em que a repercussão das decisões tomadas no presente podem afetar o futuro. Assentam no desenvolvimento de uma cultura de prevenção, proporcionando a mudança da condição atual.

A criação de programas é delineada e proposta pela Rede Internacional da Educação Financeira (OCDE/INFE, 2012a). Estão representadas mais de 100 economias, incluindo todos os membros do G20 e organizações internacionais relevantes, com a aprovação do Comité de Mercados Financeiros e do Comité de Seguros e Pensões Privadas (OCDE/INFE, 2012b).

Visam abordar orientações internacionais não vinculativas, opções políticas para o desenvolvimento das estratégias, onde são definidos os princípios de alto nível a aplicar.

Estas recomendações numa sucessão de princípios e boas práticas no tempo, complementam-se e devem ser aplicadas como um todo (Tabela 1) (OCDE/INFE, 2012b). Constituindo deste modo, um instrumento de orientação global chave de sucesso, sobre educação e consciencialização financeira.

**Tabela 1 - Princípios e Boas Práticas de Educação Financeira**

OCDE (2005)	Princípios, Boas Práticas sobre Educação e Sensibilização Financeira
OCDE (2008a)	Boas Práticas de Educação Financeira relativa a Pensões Privadas
OCDE (2008b)	Boas Práticas para a Sensibilização e Educação sobre Riscos Avançados em questões de Seguro
OCDE (2009)	Boas Práticas sobre Educação Financeira e Consciência sobre Crédito
OCDE/INFE (2012a)	Princípios de alto nível sobre a avaliação de programas de educação financeira e guias dedicados de avaliação
OCDE/INFE (2012b)	Diretrizes para Educação Financeira nas Escolas

Fonte: OCDE/INFE 2012a

A nível nacional de cada país, a estratégia passa pelos seguintes pontos: reconhecimento da importância da educação financeira, identificar as necessidades, envolvimento de partes interessadas, alcance de objetivos num dado período de tempo, implementação de programas e sua avaliação. As medidas serão ajustadas no tempo, mediante tendências e desenvolvimentos em matéria de formação financeira. A principal incidência será orientada para os jovens e grupos vulneráveis, identificados pelo inquérito à população portuguesa (BDP,2016a).

A implementação dos programas surge no início de 2000, em países mais desenvolvidos tais como os Estados Unidos, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Singapura e Reino Unido. Após a crise financeira, em 2009 propagar-se-á também a países emergentes com setores económicos e sociais, bem diferentes (OCDE, 2013).

No quadro da União Europeia, na análise aos resultados do estudo na população adulta sobre literacia financeira, foi possível identificar uma variação substancial entre o Norte e o Sul da Europa (*Lusardi & Klapper, 2015*). Verificando-se a predominância de um nível elevado a Norte, em países mais desenvolvidos tais como Dinamarca, Alemanha, Holanda e Suécia, em que pelo menos 65% da população adulta compreende os conceitos financeiros. A média situa-se nos 52%, face a uma percentagem mais baixa para os países do Sul, variação entre 25% e 44%, onde enunciamos a Itália, Portugal e Grécia, e abaixo disso a Roménia.

Dez anos após a crise financeira, a *Allianz Global Investors* (Allianz, 2017) revela resultados de estudo realizado em dez países da Europa Ocidental. As conclusões evidenciam as mesmas tendências, isto é uma diferença significativa entre o norte e o sul da Europa. A Áustria, Alemanha e Suíça continuam a ocupar a liderança do ranking na avaliação do conhecimento de conceitos fundamentais, nas tomadas de decisão financeiras adequadas, enquanto que França, Portugal e Itália se posicionam com valores abaixo da média.

Em todos os países, os conceitos mais difíceis de interpretação estiveram associados ao risco. Em Portugal, só 11% dos inquiridos respondeu acertadamente às questões sobre o risco e 45% às questões básicas de literacia financeira. Em termos etários, os mais velhos revelam um maior conhecimento e os jovens têm menor literacia financeira embora, possa mudar mais tarde na vida (Allianz, 2017). A análise conclui que a formação académica não faz automaticamente os indivíduos mais letrados, embora ajude.

Lusardi & Klapper (2015) questionaram se o rendimento *per capita* explicaria as diferenças sobre os conhecimentos financeiros, nos países com economias mais ricas, onde a percentagem tende a ser mais alta. O estudo concluiu que a influência das políticas nacionais, a educação e proteção ao consumidor moldam o nível de literacia financeira nas economias mais ricas do que qualquer outro fator.

Porém Lusardi & Mitchell (2014) são da opinião que, indivíduos com nível elevado de riqueza têm características comuns independentemente de onde vivem.

## **2.4. A Literacia financeira em Portugal**

Em Portugal, a necessidade de desenvolvimento de programas de formação financeira foi identificada por um conjunto de indicadores, alcançados através do estudo realizado à população em 2010 e numa segunda avaliação em 2015 (BDP, CMVM & ASF, 2016), na análise do comportamento, das atitudes e dos conhecimentos financeiros.

O Inquérito à literacia financeira atuou como instrumento de diagnóstico para a definição de uma estratégia nacional de formação financeira. Permiteu identificar a necessidade de sensibilizar a população para os cuidados no recurso ao crédito. A importância da poupança como forma de acumulação de riqueza, acautelando o futuro, para a aplicação de poupanças de forma esclarecida (BDP, CMVM & ASF, 2016).

Por sua vez foi possível identificar lacunas, nos conhecimentos necessários para avaliar e comparar produtos e serviços bancários, tendo sido também observado a evolução de um perfil de investidor português, com menor escolaridade e menor rendimento que participam nos mercados de instrumentos financeiros (BDP, CMVM & ASF, 2016). As reclamações dos consumidores, também foram consideradas como fontes de informação, possibilitando identificar áreas com necessidades de formação (CMVM, 2016).

Foi possível simultaneamente, comparar internacionalmente os níveis resultados obtidos. A rede de formação financeira da OCDE, constituída por bancos centrais, reguladores e supervisores financeiros e outras autoridades públicas, acompanha a evolução do trabalho ao nível de literacia, de modo ajustar orientações em educação financeira.

O inquérito à literacia financeira à população Portuguesa, compara a existência de uma relação direta entre literacia financeira, nível de escolaridade e rendimento do cidadão. Os

indivíduos que apresentam níveis mais elevados, têm maioritariamente formação superior e os seus agregados familiares compostos por um rendimento mensal bruto superior a 1000 euros. Verificou-se também hábitos regulares de poupança e um envolvimento significativo com o sistema financeiro associado à aprendizagem de conhecimentos financeiros, detêm produtos financeiros bancários, seguros e produtos de investimento (BDP, 2016a).

Dada a relevância do tema no sentido da contribuição para a estabilidade do sistema financeiro, o banco de Portugal (BDP, 2016a) divulgou as linhas estratégicas para 2016-2020 assentes no reforço do seu compromisso assim como de outros supervisores financeiros com a formação financeira. As experiências são partilhadas internacionalmente para uma reflexão conjunta.

No âmbito do seu papel de supervisão e contribuição no desenvolvimento da literacia financeira, o Banco de Portugal cria o Portal Cliente, onde disponibiliza informação de modo claro sobre produtos e serviços financeiros para todos os cidadãos.

A implementação do Plano de formação financeira em Portugal, tem como objetivos a promoção de conhecimentos financeiros, a importância da inclusão financeira, a importância da poupança, a importância do recurso responsável ao crédito e a adoção de hábitos de precaução. Objetivos ávidos delineados pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, que obrigam a uma intervenção dinâmica, continuada e uma abordagem a longo prazo (BDP, CMVM & ASF, 2016).

Foram definidos como prioritários a promoção de educação financeira nas escolas, sendo assumida como ponto estratégico. É consensual que a formação deve começar desde jovem onde se adquirem competências financeiras básicas e posteriormente transformá-las em atitudes e comportamentos responsáveis. O projeto iniciado em 2011 aplicado num horizonte de cinco anos, será avaliado e revisto em 2020.

As áreas de atuação foram as crianças de educação pré-escolar e estudantes ensino básico e secundário, por terem um papel relevante na difusão da informação junto das famílias. Em estudantes universitários, iniciativa de universidades e institutos politécnicos na envolvimento de questões relacionadas com o tema, em que a implementação deverá envolver a realização de seminários. Trabalhadores, densificação de iniciativas cujas temáticas incidem sobre a poupança, acesso ao crédito, prevenção do sobre-endividamento, seguros e preparação da reforma. Grupos vulneráveis, como desempregados, imigrantes, reformados com baixo rendimento, jovens sem escolaridade obrigatória, na incidência da gestão do orçamento familiar, prevenção do sub-endividamento e prevenção da fraude, para além de outros.

Em 2014, verificou-se que a atuação junto de empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas foi relevante no apoio ao desenvolvimento da economia social. Acautelando problemas de natureza financeira, aumentando a resiliência e o crescimento empresarial que está na base do crescimento económico sustentável. E por último, a divulgação do plano em meios de comunicação digitais, tendo em conta as necessidades dos segmentos específicos da população (BDP, CMVM & ASF, 2015).

Através da exposição da tabela 2, é possível acompanhar o desenvolvimento de programas realizados a nível nacional, entre o período de 2012 e 2015.

**Tabela 2 - Referencial de Divulgação de Educação Financeira em Portugal**

Data	Divulgação	Área de Atuação	Preparado / Aprovado
Jul 2012	<b>Portal Todos contam</b> Canal digital disseminação formação financeira Plataforma divulgação conteúdos e iniciativas de formação financeira	- População em geral	Plano Nacional Formação Financeira Conselho Nacional Supervisores Financeiros
Dia 31/10/2012 (anual)	<b>Dia Mundial da Poupança Formação Financeira</b> Divulgação de iniciativas, atividades e projetos futuros	- População em geral	Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e dos parceiros do Plano
2012 a 2015	Promoção <b>Concurso Todos Contam</b> Premiar projetos iniciativa de formação financeira	- Educação pré-escolar - Ensino Básico - Ensino Secundário	- Conselho Nacional Supervisores Financeiros - Ministério de Educação
A partir de 2013 (anual)	<b>Global Money Week</b> Iniciativa mundial sensibilização	- Jovens	- <i>Child and Younht Finance International</i>
2013	<b>Catálogo formação Financeira</b> Ações de formação	- Diversos segmentos população, - Vários pontos do país	Plano Nacional Formação Financeira Conselho Nacional Supervisores Financeiros
Aprovação Maio 2013	<b>Referencial de Educação Financeira</b> (documento orientador num contexto educativo e formativo) - Estabelece os conhecimentos e capacidades essenciais	Sistema Educativo: - Educação Pré-escolar - Ensino básico - Ensino Secundário - Educação e Formação para Adultos	- Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário
Início 2014	<b>Programa de formação de professores</b>	- Professores	- Direção-Geral da Educação - Acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua
2014 - 2015	<b>Referencial de Formação Financeira</b>	- Empreendedores Sociais - Gestores micro e pequenas empresas	- Protocolos de colaboração: CASES, Ministério da Economia, IAPMEI
Out 2015	Lançamento do <b>Caderno de Educação Financeira</b>	Apoio 1º ciclo Ensino Básico	- Protocolo celebração supervisores financeiros, Ministério da Educação, Associação Port.Bancos, Assoc.Portuguesa de Seguradoras, Assoc.Port. Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios e Assoc.Instituições de Crédito Especializado
2015	Plataforma “ <b>e-learning Todos Contam</b> ”	Formação de Formadores	Plano Nacional Formação Financeira Conselho Nacional Supervisores Financeiros

Fonte: Elaboração própria



## 2.5. O crescente endividamento das famílias portuguesas

Apesar dos programas de educação financeira já realizados e meios de divulgação disponíveis para consulta de informação, a população carece de conhecimentos financeiros para a tomada de decisões esclarecidas. Neste contexto, é importante falar de endividamento, crédito e poupança.

A OCDE considera o tema importante, considera que a capacidade dos indivíduos que recorrem ao crédito de forma eficaz, é uma competência fundamental para a vida (OCDE, 2010).

Com a entrada de Portugal na zona Euro e num processo de convergência, o nível de vida das famílias portuguesas tendeu a aproximar-se da média Europeia. As famílias passaram a consumir mais, sinal de hábitos e necessidades mais complexas. Por sua vez, a acentuada queda das taxas de juro conciliada com uma maior facilidade no recurso ao crédito, potenciada pelo apelo ao consumo, originou que muitas famílias ultrapassassem a taxa de esforço aceitável, tendo o endividamento vindo a aumentar de forma acentuada nos últimos anos.

O endividamento familiar não é mais do que, a incapacidade de cumprir com as suas obrigações financeiras, podendo ser influenciado por fatores estruturais, tais como o acesso ao crédito, mas também com uma cultura de endividamento, satisfação de desejos e necessidades. O desequilíbrio financeiro constitui uma ameaça ao bem-estar das famílias, conduzindo ao incumprimento, ao sobre-endividamento e por sua vez à insolvência.

É um fenómeno preocupante, até porque o excesso de dívida esteve na origem da última crise financeira global. Se antes da crise de 2007/2008, as taxas de juro estavam a níveis considerados normais, no momento atual aproximam-se de zero pela intervenção dos bancos centrais. O que suscita receios quanto ao futuro, quando as taxas regressarem à normalidade e voltarem a subir, será mais complicado gerir a dívida.

Com base num estudo sobre endividamento das famílias (Costa & Farinha, 2012), sob análise de informação de carácter microeconómico, as famílias mais jovens são apontadas como grupos vulneráveis da população sendo identificado maior probabilidade de materialização do risco de crédito.

Na análise observada aos resultados pelo BDP, CMVM & ASF (2016)” ... *os indicadores de endividamento das famílias portuguesas registaram valores próximos de 130 % do rendimento disponível das famílias nos últimos anos, refletido num aumento dos rácios de crédito vencido, de empréstimos concedidos a particulares. No crédito à habitação, resultou um aumento de 1,3% em finais de 2007, para 1,7% início de 2011, aumento não muito expressivo. No entanto verifica-se uma maior expressividade no crédito ao consumo de cobrança duvidosa, aumento de 3,7% finais de 2007, para 8,2% início de 2011, orientando para a necessidade de intervenção na gestão do orçamento familiar e sensibilização para o risco de sobre-endividamento.*”

Em resumo, o efeito negativo do aumento da dívida das famílias, reduz a sua capacidade para o consumo, o que origina um decréscimo na taxa de crescimento da economia, conduzindo o país à recessão.

O comportamento dos cidadãos na gestão do rendimento disponível acaba por estar em linha com a evolução de indicadores de confiança, na perspetiva do mercado de trabalho, da situação do agregado familiar e da economia global.

Sendo a poupança o adiamento da compra e o endividamento a antecipação da compra, em situações em que não se possui recursos suficientes para situações imprevistas terão que recorrer a recursos externos. À percentagem do rendimento disponível que não é gasta em consumo, denomina-se como taxa de poupança e é determinada pelo rácio entre a poupança e o rendimento disponível.

A redução de poupança é muitas vezes explicada, quando as famílias estão confiantes sem que, no entanto, os seus rendimentos reflitam esse maior otimismo e pode ser um problema. Sendo a poupança um dos indicadores que sustenta o desenvolvimento económico. Se o endividamento de um país apresentar um nível elevado trará conseqüentemente constrangimento no crescimento económico e por sua vez dificuldades em períodos de recessão para todos. Sempre que houver subida de taxas de juro na Europa as dificuldades serão crescentes.

A poupança é um elemento indispensável na vida dos indivíduos, quer seja para garantir segurança e estabilidade, quer seja para fazer face no futuro a qualquer imprevisto. Elemento indispensável em cenário de instabilidade como também na realização de objetivos futuros. A poupança, não é mais do que uma condição de gerir da melhor forma, os seus recursos repensando as suas prioridades. Ter capacidade para poupar e aplicar essa poupança é fator essencial para o bem-estar das famílias. Esta representa uma dimensão chave que surge como elemento indispensável na formação dos indivíduos.

Um investimento representa uma aplicação de recursos com objetivo de obter a sua rentabilização em contexto de literacia financeira. Corresponde aos fluxos financeiros gerados durante um horizonte temporal e podem apresentar-se como forma de juros, dividendos e mais valias. Ao tema poupança e investimento associam-se dois conceitos a rentabilidade, taxa de rendimento gerado pelo investimento num dado período de tempo e o risco, a incerteza relativa à obtenção de rentabilidade futura.

Por sua vez a poupança é uma condição necessária, mas não suficiente, para que haja crescimento económico de um país.

A taxa de poupança das famílias Portuguesas tem vindo a decrescer desde 1995 a 2016, com exceção do ano 2008, coincidente com o período da última crise financeira. Sendo considerada relativamente baixa no quadro dos países da União Europeia. (Pordata, 2017a, BDP, 2018),

A conjugação das baixas taxas de poupança conjuntamente com elevado nível de endividamento, expõe os cidadãos a maiores vulnerabilidades quando expostos a reduções de rendimento e subida de taxas de juro.

## **2.6. Crédito Bancário**

Como verificado anteriormente, o aumento do endividamento e a diminuição do nível de poupanças, trouxeram mudanças significativas no consumo privado. A expansão do mercado de

crédito e a facilidade ao seu recurso veio intensificar as ofertas e torná-las cada vez mais apelativas ao consumidor.

Por conseguinte, o crédito constitui um dos motores importantes no desenvolvimento da economia moderna sustentando elevadas taxas de crescimento económico. No entanto, um nível de endividamento controlado pode ser bom para a economia dado os fluxos monetários entre a sociedade, empresas, setor bancário e famílias, mas também pode assumir contornos insustentáveis.

De facto, a entrada dos jovens na vida adulta acaba por gerar uma procura desde cedo pelo crédito devido à existência de custos existentes com educação, com o arrendamento de casas, a aquisição de um carro, entre outras necessidades. Para tal é necessária uma cultura de equilíbrio financeiro, o consumo deve ser delineado em função do rendimento esperado. No entanto, nem sempre decisões racionais são tomadas, mas sim pela impulsividade das atitudes.

Falar de crédito, é falar de endividamento em percentagem do seu rendimento disponível, é o mesmo de falar de taxa de esforço, proporção do rendimento afeto ao pagamento dos encargos financeiros. Em 2018, o Banco de Portugal (BDP, 2018) recomenda às instituições financeiras em Portugal, *“...a atribuição de novos créditos apenas a clientes que gastem até 50% do seu rendimento líquido com as prestações mensais de todos os empréstimos detidos, habitação e consumo, ... e que cumpram limites sobre as garantias prestadas e as maturidades contratualizadas”*.

Descrevendo a variedade de soluções de crédito propostas pelas instituições financeiras, podem-se enquadrar em duas vertentes, o crédito à habitação e o crédito ao consumo. Cabe ao consumidor estar atento aquando da sua contratação, informar-se bem do produto que está a subscrever.

O Banco de Portugal (BDP, 2016b) define contrato de crédito como *“...um acordo através do qual uma instituição de crédito disponibiliza dinheiro a um cliente bancário, que fica obrigado a devolver esse montante ao longo de um prazo acordado, acrescido de encargos com juros e outros custos”*.

O crédito à habitação destina-se à aquisição de imóveis, sendo de longo prazo, cujo próprio imóvel servirá de garantia de pagamento, hipoteca (BDP, 2017).

No crédito ao consumo, de curto prazo, orientado para bens e serviços, podemos encontrar diversas tipologias, o crédito pessoal que pode ser utilizado para várias finalidades, o crédito automóvel e o crédito *revolving*. O primeiro dispõe de prazo, taxas pré-estabelecidas, montantes e modalidades de reembolso definidos na celebração do contrato. O segundo é para financiamento da compra de automóvel novo ou usado, podendo optar por aluguer longa duração (ALD), locação financeira (leasing), entre outros, o contrato em si detém um plano financeiro previamente definido. E o último caracterizado pela existência de um *plafond* de crédito com planos de amortização da dívida, flexíveis, com duração indeterminada. Este tipo de crédito pode tornar-se um mecanismo

difícil de gerir por parte do consumidor, a partir do momento da sua aprovação, tem acesso sempre disponível sendo tentado a utiliza-la sem burocracias (BDP, 2016b).

Os bancos estão essencialmente expostos de forma direta e indireta ao mercado imobiliário. O crédito à habitação representa parte significativa da dívida total dos particulares, cerca de 71 % em junho de 2017 (BDP, 2018). O valor de novas operações, tem vindo a aumentar continuamente justificado pelo clima prolongado de taxas de juro reduzidas conjugado com a recuperação económica, no entanto, não comparável ao período anterior à crise financeira.

Ainda assim, a situação carece de alertas face à possibilidade de incumprimento. Esta poderá surgir no momento em que as taxas de juros possam subir ou outros fatores económicos agravem a situação, colocando em causa a capacidade de pagamento. Todavia em matéria de stocks, os montantes continuam a diminuir a cadência, sendo justificada pelos vencimentos dos contratos e amortizações antecipadas (BDP, 2018).

No que respeita a novos empréstimos ao consumo, os stocks de crédito ao consumo sofreram uma desaceleração face aos valores observados entre 2012 e 2014 tendo registado um aumento significativo a partir de 2017. A justificação mantém-se pela prática de baixas taxas de juro, incentivo por parte dos bancos à concessão de créditos a cidadãos com perfil de risco mais elevado, originada pela concorrência entre bancos e restrição em termos de critérios de seleção (BDP, 2018).

Respeitante ao regime de juros praticados em Portugal. No crédito à habitação, observa-se a predominância da taxa de juro variável, sendo a taxa fixa somente utilizada para maturidade de empréstimos de curto prazo. O inverso identifica-se no crédito ao consumo, em que em 2016 oitenta por cento (80%) dos créditos pessoais face e setenta e oito por cento (78%) para o crédito automóvel (BDP,2018).

Em momento de crescimento económico, as taxas de juro tendem a subir, em momentos de contração, as taxas de juro tendem a baixar. Portanto se contrai um crédito à taxa de juro variável sofrerá as oscilações mediante o enquadramento económico. Estando indexada à taxa Euribor, não tem previsão no próximo trimestre ou ano o quanto irá pagar, o que acaba por obrigar a um maior controlo de orçamento. Adicionalmente obriga a criar uma folga orçamental, em caso de subida de taxas de juro.

A vantagem das taxas de juro fixas consiste numa previsibilidade de orçamento, mas tendo como desvantagem o fato de não se ajustar ao cenário económico. Esta é afetada a taxas de longo prazo, sendo atribuído um indexante mais alto, que atribuirá antecipadamente o pagamento de uma prestação mais elevada, para se proteger de subidas abruptas das taxas de juro.

A taxa de juro corresponde à remuneração, expressa em percentagem, que o Banco recebe pela concessão de determinado empréstimo. Como referido anteriormente, na taxa variável aplica-se a indexação à Euribor, funcionando conjuntamente com o spread na formação da taxa de juro do crédito.

É importante falar de como as taxas Euribor afetam as finanças pessoais das famílias, dado serem utilizadas como taxas de referência nos créditos bancários.

Euribor, surge em 1999 com a introdução do Euro, tendo o seu nome origem nas palavras “*Euro Interbank Offered Rate*” (BDP, CMVM, ASF, 2016). É considerada uma das principais taxas de referência do mercado monetários da zona euro, importante, porque fornece a base para o preço de juros de todo o tipo de produtos financeiros, nomeadamente empréstimos bancários, swaps de taxas de juros, contas poupança entre outros. Reflete o preço a que os bancos dispõem o dinheiro no mercado e que são os indexantes mais recorrentes nos empréstimos à habitação em Portugal. Quando estas taxas caem, o custo do crédito diminui, quando aumentam os encargos sobem, mesmo no caso de os contratos serem indexados a uma taxa fixa, a evolução da Euribor condiciona o valor dos juros cobrados à partida.

Trata-se de um conjunto de taxas de juros do mercado formada com base na média de juros cobrados por um grande número de bancos na zona Euro, entre si para se financiar, em que é determinado em função da oferta e da procura. Contudo, outros fatores externos tais como o crescimento económico e a inflação, podem influenciar em boa escala o nível da taxa de juro. Costumam acompanhar a taxa de referência praticada pelo Banco Central Europeu.

O *spread* pode ser entendido como a margem de lucro do banco, sendo determinada em função do risco da operação e ao mesmo tempo, fazer face à concorrência do setor. Existe, sendo assim, uma relação direta entre risco e garantias dadas, para tal são determinantes as características da operação e o perfil do cliente.

Nas novas operações de crédito à habitação no período compreendido entre 2003 e 2017 verifica-se uma trajetória decrescente da Euribor a 6 meses, a partir da crise financeira em 2008, descendo de valores de 5 % para valores mínimos, sendo abaixo de 0% a partir de 2015, provocando uma redução substancial ao custo do crédito à habitação. Efeitos negativos se avizinham, estando em mínimos históricos a tendência será para a mesma subir, exigindo aos mercados que se preparem para taxas mais altas, elevando o risco das operações restringindo a sua concessão, afetando, indiscutivelmente as finanças pessoais das famílias (BDP, 2018).

Outra preocupação prende-se com a maturidade dos contratos e solvabilidade por parte dos utentes. Reduções de rendimento que tenderão a ocorrer na passagem da vida para a situação de reforma, tais como desemprego, saúde entre outros, requerem critérios de prudência por parte das instituições na concessão dos créditos e dos usuários, mitigando situações de risco impedindo vulnerabilidade financeira junto destes (BDP, 2018).

Em Portugal, os prazos médios da concessão de crédito são demasiado grandes equiparando com as práticas europeias (BDP, 2018). A situação é mais expressiva no crédito à habitação, em 2016 a maturidade média situava-se nos 33 anos para Portugal, seguido de Dinamarca com 30

anos, face à média europeia que são 23 anos, a Letónia e França, os países que apresentam valores mais baixos 16 e 18 anos.

A tendência também se regista no crédito ao consumo. Verificou-se entre 2015 e 2016, um aumento do prazo médio no segmento crédito automóvel superior a 7 anos, não obstante o prazo máximo se manter nos 10 anos para todo o crédito ao consumo.

Tem havido alertas para a necessidade de ajustamento e a prática prudente e sustentável na concessão de créditos por parte dos bancos e a sua aquisição por parte dos cidadãos. A comparação de Portugal no contexto internacional tem sido acompanhada por parte dos órgãos reguladores no sentido de garantir que as dinâmicas do crédito não promovam a acumulação de risco excessivo por parte de ambos, minimizando situações de incumprimento.

Em Portugal *“no contexto atual, o Banco de Portugal considera que se justifica a adoção de medida macro prudencial de caráter preventivo dirigido ao crédito, mais adequados para fazer face aos riscos identificados”* (BDP, 2018).

## 2.7. Estudos empíricos

A literacia financeira é um tema abordado por vários autores e tem sido alvo de estudo nos últimos tempos, principalmente após o culminar da crise financeira vindo a alertar os países para a relevância desta questão. Abordagens diversas permitem uma análise refletiva.

Estudo realizado por Chen & Volpe (1998) identificou grave iliteracia financeira no público Americano, apontando para a carência de programas de formação financeira nas escolas. A capacidade preditiva do conhecimento de finanças pessoais mostra que a melhoria do conhecimento dos estudantes universitários é importante. Decisões inadequadas com as suas finanças pessoais afetavam de igual modo a sua produtividade nos locais de trabalho, sendo identificada como uma questão desafiadora a ser abordada.

Gathergood (2011) examinou a relação entre autocontrole, literacia financeira e sobre-endividamento na dívida de crédito entre consumidores do Reino Unido. Usou uma amostra representativa de famílias com dívidas de crédito ao consumidor. Os resultados evidenciavam níveis de literacia financeira baixos em termos absolutos, concluindo que consumidores endividados tendem a estar mais expostos a choques financeiros.

Lusardi et al. (2011), no inquérito realizado sobre literacia financeira na população adulta dos Estados Unidos revelou resultados preocupantes. Concluiu que grande parte da população não faz qualquer provisão para fazer face a choques financeiros, nem planeia a sua reforma. De salientar a quantidade de pessoas que recorreram a empréstimos com elevados custos nos últimos cinco anos. O nível de conhecimento financeiro é baixo, existindo uma clara incoerência entre o que os indivíduos pensam que sabem e o que eles realmente sabem sobre literacia financeira, tornando-os indivíduos mais vulneráveis a fraudes.

McCarthy (2011) estudou a influência das variáveis demográficas e económicas dos cidadãos e o seu comportamento como fatores de influência no nível de conhecimento, no Reino Unido e Irlanda. O autor concluiu que os programas e as políticas assumidas para o combate às más decisões resultantes de dificuldades financeiras, não se devem cingir somente à literacia financeira e ao nível de qualificação. Mas sim, no sentido de melhorar as capacidades “*skills*” dos indivíduos, minimizando o impacto das características comportamentais e psicológicas sobre resultados financeiros. Medidas tais como a utilização do pensamento crítico podem ser usados com essa finalidade.

O estudo realizado por Shambare & Rugimbana (2012) investiga a natureza e extensão da literacia financeira na Africa do Sul entre estudantes universitários, dado existirem poucos estudos que incidem sobre economias emergentes. Usou uma amostra de 214 pessoas e a pesquisa foi realizada através de questionário. Os resultados revelam um nível baixo de literacia financeira e uma relação direta com a variável género.

Arrondel et al. (2012), investigaram qual a relação existente entre literacia financeira e a participação no mercado de ações, numa amostra representativa da população francesa, usando dados de uma pesquisa original, com oito perguntas sobre - requisitos financeiros básicos e cultura financeira. Encontraram uma forte ligação entre literacia financeira e a participação no mercado de

ações. Os resultados revelaram forte influência da cultura financeira sobre a probabilidade de manter ações e menos nos indivíduos detentores de requisitos financeiros básicos.

Brown & Graf (2013) procuraram medir numa amostra representativa de 1500 famílias na Suíça, cuja língua predominante é o alemão, o comportamento das famílias face ao nível de literacia financeira, gestão do orçamento familiar e qual a relação com a reforma. Conceitos básicos sobre financiamento, juro, a inflação e a diversificação do risco foram focados. Os inquiridos com idade compreendida entre 24 e 74 anos foram abordados por entrevista telefónica com duração de 15 minutos. Os autores concluíram que o grau de conhecimento é elevado comparativamente com o inquérito PISA realizado em 2009. Os resultados evidenciam um elevado grau de conhecimento no geral, destacando-se resultados mais altos nos homens do que nas mulheres face ao menor envolvimento na tomada de decisões financeiras, menor literacia nos agregados familiares com condições socioeconómicas mais baixas, nos conhecimentos sobre inflação encontraram-se os valores mais baixos entre a população jovem. Assim sendo, os autores sustentam a opinião de que iniciativas públicas para educação financeira podem reduzir as externalidades negativas das decisões financeiras.

Bucher-Koenen & Ziegelmeyer (2011), investigaram a relação entre investimentos financeiros e a literacia financeira, estando a questão central focada na habilidade cognitiva. Os autores concluíram que cidadãos com baixo nível de literacia financeira são mais propensos a sofrer com consequências de tomadas de decisões erradas. A crise financeira molda o comportamento do investimento e dá origem a graves consequências distributivas. Indivíduos com baixo nível de conhecimento financeiro são mais propensos a rendimentos baixos.

Do estudo realizado por Lusardi & Michell (2014) sobre investigação da literacia financeira em quatro países: - Estados Unidos, Holanda, Suíça e Alemanha, as autoras referem que, apesar de acordos políticos existentes entre vários países sobre a necessidade para preencher lacunas de iliteracia, ainda existe muito a aprender sobre maneiras de consolidar conhecimento financeiro na população em geral. De acordo com a amostra estudada, o estudo revela que a população está financeiramente iletrada, sendo também salientado o impacto causal da literacia financeira na tomada de decisões económicas, e identificado o efeito de outros fatores, tais como a educação e a capacidade cognitiva. Aponta também, à investigação contínua no sentido de melhorar a literacia financeira, e por último as autoras referem o conhecimento financeiro com sendo uma forma de capital humano.

Blue et al. (2014) na Austrália, analisam a implementação e integração de programas de educação financeira nos currículos educacionais no ensino, desde a escola primária à secundária. A preocupação debruça-se no papel do professor no desenvolvimento de identidades de educação financeira, do como os professores estão também estes, financeiramente educados e apoiados para ensinar literacia financeira.

A ideia de estudo realizado por Bay et al. (2014), na Suécia, por entrevista entre 2010 e 2011, é de que a literacia financeira vai de mão dada com a evolução dos sistemas financeiros da sociedade. Esta não pode ser vista meramente como a capacidade de ler e escrever em termos



financeiros. O conceito tem que ser situado e estudado na prática porque as características que a ele se aplicam variam no espaço e tempo.

Cameron et al. (2014) no estudo realizado sobre os estudantes do ensino médio da Nova Zelândia, constataram que a educação financeira a partir do ensino médio, pode ser a chave para a tomada de decisões financeiras informadas. Pois é nesta fase pré-adulta que se obtém as “*skills*”. A pesquisa foi realizada por questionário, entre o período de setembro a outubro 2012 e a amostra inclui jovens entre os 11 e 15 anos. Os dados foram comparados com o Japão e os EUA. Concluíram que os estudantes com recursos financeiros mais escassos, menos conhecimento na interpretação da língua Inglesa e com menos aptidão para a matemática, têm um nível mais baixo de literacia financeira. No entanto, as anteriores variáveis não se aplicam ao contrário, na capacidade de aplicar o conhecimento cognitivo.

Smyczek & Matysiewicz (2015) investigam a natureza e extensão da literacia financeira, pretendendo identificar fatores determinantes para as decisões dos consumidores nos mercados financeiros. A pesquisa foi realizada entre 2012 e 2013, tendo sido selecionado grupos de cerca de 600 pessoas na Alemanha, Polónia, Roménia, Reino Unido e Espanha. Os resultados indicam diferenças significativas entre grupos inquiridos, sob a influência de variáveis como o género, nível de educação e profissão. Em termos conclusivos, o nível baixo de literacia ocorreu em países onde crises financeiras tiveram uma influência mais forte na economia.

Artigo realizado por Geddes & Steen (2016) examina argumentos para a contribuição das instituições de ensino superior no desempenho do papel de formação financeira aos seus estudantes. É feita a análise atual em 322 instituições nos Estados Unidos. Faculdades e universidades devem desenvolver programas robustos que promovam a literacia financeira. Os autores concluíram que as instituições devem ter um papel de liderança no fornecimento de educação financeira holística aos seus estudantes para capacita-los na prudência da tomada de decisões financeiras, embora esta não possa impedir outros fatores influentes como o autocontrolo e outros fatores psicológicos de impacto imprudente.

Num estudo da OCDE/INFE (2016), sobre 30 países incluindo 17 membros da OCDE, participaram num inquérito sobre a cultura financeira, numa população de 51.650 adultos com idade compreendida entre os 18 e 79 anos. Dos vários dados concluídos, destacou-se o baixo nível geral de literacia financeira e a necessidade de introduzir desde cedo programas educativos, a necessidade de regulamentação e proteção aos consumidores combinada com educação financeira de modo a melhorar os resultados quanto à resiliência financeira da população, garantindo deste modo gerações futuras com maior qualificação.

### 3. Metodologia

Neste capítulo pretende-se especificar os procedimentos seguidos em todo o trabalho, que serviu de base para o estudo realizado.

A metodologia é dos processos mais importantes para a realização de uma dissertação de mestrado, segundo Sousa e Baptista (2011), a metodologia de investigação consiste “...num processo de seleção da estratégia de investigação, que condiciona, por si só, as escolhas das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequadas aos objetivos que se pretendem atingir”.

Segundo Quivy e Campenhoudt (2005) o investigador deve formular uma pergunta de partida que descreva o melhor possível o que pretende analisar no seu estudo. Uma vez definida a problemática, é fundamental escolher corretamente a metodologia a utilizar para atingir os objetivos pretendidos. Existem três tipos de abordagem que podem ser utilizadas num processo de investigação: a metodologia quantitativa, a metodologia qualitativa e uma abordagem mista, isto é uma combinação entre o método quantitativo e qualitativo (Creswell, 2009).

No caso em estudo utilizou-se uma metodologia mista, segundo Creswell nesta metodologia o investigador baseia as alegações de conhecimento em elementos pragmáticos, emprega estratégias de investigação que envolvem a recolha de informação quantitativa e qualitativa.

A primeira fase do trabalho consistiu na revisão da literatura, o procedimento foi de pesquisa bibliográfica de modo a explorar os desenvolvimentos atuais do tema. Foram consultadas obras editadas, artigos publicados em revista de especialidade, através da consulta em sites e plataformas on-line, como por exemplo a *B-On*.

Numa segunda fase, de modo a alcançar dados empíricos para o objetivo pretendido, avaliar a literacia financeira dos estudantes do ensino superior, optou-se pelo inquérito por questionário (Apêndice 1). Foi estruturado um conjunto total de trinta e cinco questões cuja temática assenta sobre a inclusão financeira, o planeamento do orçamento familiar, a escolha de produtos de crédito, conhecimento de fontes de informação e compreensão financeira sobre crédito bancário.

Os questionários foram distribuídos e recolhidos presencialmente em sala de aula. Posteriormente, procedeu-se ao tratamento dos dados recolhidos. Em cada questionário, identificaram-se quais as variáveis nominais e quais as variáveis ordinais para respetiva codificação. As variáveis ordinais foram identificadas no questionário com as questões A2, A6, A11, B1, B6, D1 e D14, todas as restantes foram codificadas como variáveis nominais. Posto isto, procedeu-se então à construção de uma tabela em Excel por classes, com todos os dados devidamente codificados. Procedeu-se à transferência para o software estatístico SPSS (*Statistical package for social sciences*) que forneceu recursos necessários para executar o processo de análise. As respostas de cada estudante foram utilizadas para calcular a percentagem média de pontuações corretas para cada grupo de questões em análise. O resultado final permitiu avaliar o nível de conhecimento,

verificar se existe necessidade de educação financeira ou se os estudantes se encontram devidamente informados sobre o tema.

As metodologias estatísticas utilizadas foram metodologias descritivas, de forma a permitir uma caracterização da amostra recolhida. Dado que as variáveis em estudo eram do tipo qualitativo, nominal e ordinal, a opção passou por construir tabelas de frequências, gráficos de barras e circulares, construir tabelas de cruzamentos permitindo a construção de clusters por níveis de literacia financeira.

### **3.1. População e Amostra**

Com base na revisão da literatura, foram identificados como segmento e linha de atuação a seguir, os estudantes do ensino superior.

Na avaliação realizada sobre literacia financeira à população portuguesa, os jovens foram um dos grupos identificados com défice de literacia financeira. Tendo sido constatado em 2010 e novamente cinco anos após o primeiro diagnóstico (BDP, 2016a).

A definição de um processo de amostragem deve começar com a especificação da população alvo, que deve ser definida com precisão.

A população é o conjunto total de elementos que possuem as informações procuradas pelos investigadores e sobre os quais serão realizadas inferências. (Malhotra, 2012).

A população escolhida inicialmente foram todos os estudantes dos cursos de licenciatura e mestrado de Contabilidade e Finanças e de Gestão da Distribuição e Logística. A escolha recai sobre cursos de gestão, sendo especificamente um de área financeira e o outro não.

Neste estudo, foi utilizada a amostragem aleatória, que segundo Malhotra (2012) “*é o processo de amostragem em que cada elemento da população tem uma probabilidade fixa de ser incluído na amostra*”, ou seja, unidades amostrais são escolhidas aleatoriamente. Existem diversas técnicas de amostragem aleatória, sendo as principais a amostragem aleatória simples, a amostragem estratificada e a amostragem por clusters. Neste estudo foi utilizada a amostragem estratificada, na qual, a população é dividida em grupos (estratos) mutuamente exclusivos, recolhendo-se uma amostra aleatória simples em cada um desses grupos.

Posteriormente, passou a ser somente constituída pelos estudantes do segundo e terceiro ano de licenciatura e pelos estudantes do primeiro ano de mestrado. A alteração justifica-se pelo facto de, só após o primeiro ano de aprendizagem em áreas financeiras, se pressupõe que haja consolidação da informação aprendida. Assim sendo, os estudantes do primeiro ano foram

excluídos após análise mais profunda do problema. Concluindo a população alvo está estratificada em dois estratos

- Estudantes do ensino superior em Contabilidade e Finanças
- Estudantes do ensino superior em Gestão da Distribuição e da Logística

Em cada um dos estratos foi recolhida uma amostra aleatória com dimensão suficientemente grande para garantir a representatividade da população de cada estrato.

A amostra é constituída por 231 estudantes, inscritos no ano letivo de 2017/2018, de uma população de 823 estudantes. (Tabela 3). Conclui-se deste modo, que a amostra é representativa da população. Diversos autores sugerem uma dimensão entre 100 e 500 casos para suportar as conclusões retiradas de uma análise estatística de dados, tendo sempre presente a relação que deve existir entre a dimensão da amostra e a dimensão da população.

**Tabela 3 - População e Amostra em estudo**

Curso		População estudantes	Amostra estudantes	%
Escola Superior Ciências Empresariais	Contabilidade e Finanças	442	160	36,2
	Gestão da distribuição e logística	381	71	30,7
Total		823	231	

Fonte: Elaboração própria

### 3.2. Questionário

O questionário foi estruturado de modo a analisar a compreensão financeira sobre conceitos relacionados com a aquisição de crédito bancário. Identificar variáveis independentes do perfil do estudante, que poderão explicar e influenciar o nível de conhecimento apurado.

Deste modo, através do questionário pretende-se obter dados que permitam:

- Avaliar o nível de inclusão financeira dos estudantes do ensino superior;
- Avaliar a importância dada ao planeamento do orçamento familiar;
- Caracterizar os produtos financeiros detidos pelo estudante;
- Avaliar o conhecimento das fontes de informação e saber a que meios recorrem;
- Avaliar a compreensão financeira, para testar os conhecimentos dos estudantes sobre conceitos do crédito bancário;
- Avaliar se os resultados obtidos sobre a compreensão do conhecimento percebido e do conhecimento real, são idênticos;
- Identificar se a residência influencia o nível de conhecimento real sobre crédito bancário;

- Avaliar se a situação ocupacional tem influência no conhecimento real sobre crédito bancário;
- Avaliar se a detenção de produtos de crédito está relacionada com o conhecimento real sobre crédito bancário;
- Avaliar se o tipo de produtos de crédito tem influência no conhecimento real sobre crédito bancário;
- Avaliar se o curso, área de formação tem influência no conhecimento real sobre crédito bancário, isto é avaliar se existem diferenças significativas entre os resultados obtidos pelo curso de Contabilidade e Finanças e o curso de Gestão da Distribuição e da Logística.

Não existindo um instrumento *standard* na medição da literacia financeira (Huston, 2010), a elaboração do questionário teve como fonte o inquérito sobre literacia financeira à população Portuguesa realizada pelo Banco de Portugal em 2010 e 2015 (BDP, 2011a; BDP, 2016a) e também pelo *Programme for International Student Assessment* (PISA). Certas perguntas foram adaptadas dado o foco do tema em análise.

Optou-se por questões do tipo fechadas, de modo a reduzir a possibilidade de respostas que não correspondem ao âmbito pretendido, estando limitadas às possibilidades de escolha existentes. Outro cuidado tido, foi com a extensão do questionário, uma vez que se pretendia obter o máximo de respostas válidas, optou-se por questionário breve, não retirando a essência da investigação. No entanto, não é possível eliminar um conjunto de questões sem perder capacidade de avaliação na vertente em estudo (termos relacionados com o crédito bancário).

Foi realizado um teste piloto ao questionário, cuja finalidade foi avaliar a clareza das perguntas selecionadas. O teste foi realizado num grupo de 32 pessoas numa versão preliminar, tendo-se retirado sugestões de melhoria.

Após a construção aleatória da amostra, os inquéritos foram entregues em sala de aula durante o mês de maio de 2018. Foram entregues 237 inquéritos, dos quais 231 foram considerados válidos

A partir dos dados obtidos construiu-se uma base de dados no software EXCEL, a qual posteriormente foi transferida para o software estatístico SPSS (*Statistical package for social sciences*).

O questionário foi estruturado em três grupos.

#### I - Perfil do entrevistado

O primeiro grupo, constituído por onze questões, tem como objetivo caracterizar o perfil do inquirido (Apêndice 1- grupo A). Este grupo de questões permitirá estratificar a amostra segundo

critérios que se consideram importantes tais como: o género, a idade, a nacionalidade, o estado civil, o ano e o tipo de curso, a situação ocupacional, a residência, sobre quem recai a responsabilidade por tomar decisões sobre o dinheiro, qual a fonte de rendimento e por último, qual o rendimento bruto mensal da família.

## II - Inclusão financeira

No segundo grupo identifica-se a inclusão dos estudantes no sistema financeiro. Composto por um conjunto de três temas: cultura financeira, fontes de informação e escolha de produtos bancários, sob a forma de oito questões (Apêndice 1- grupo B). Através deste grupo de questões, procura-se conhecer a familiarização dos estudantes com termos financeiros e fontes de informação, portal do cliente bancário, os serviços mínimos bancários e ficha de informação normalizada europeia. Assim como, se considera importante o planeamento do orçamento familiar e se é detentor de conta depósito à ordem.

É também questionado (Apêndice 1 - grupo C) a participação do inquirido em produtos de crédito, que tipos e quais as fontes de informação que considera importantes consultar aquando da obtenção deste tipo de produtos (Tabela 4).

**Tabela 4 - Dimensões do estudo - grupo B e C**

Tema	Questão	Descrição
Inclusão financeira	B5 - Detentor de conta depósito ordem	Define se o estudante está familiarizado com o sistema bancário
	B6 - Detentor de produtos de crédito	Aferir a perceção que terá dos seus conhecimentos sobre crédito
	C1 - Tipos de crédito que detêm	
Cultura Financeira	B1 - Planeamento do orçamento familiar	Aferir a compreensão sobre o grau de importância dado pelo aluno no planeamento do orçamento
Fontes de informação	C2 - Entidades especializadas, publicidade, amigos / família	Determina que fontes de informação considera serem importantes e que influenciarão a sua escolha
	B2, B3, B4 - Portal cliente bancário, serviços mínimos bancários e FINE	Identifica se é conhecedor de algumas fontes de informação e termos financeiros

Fonte: Elaboração própria

## III - Compreensão financeira

No terceiro e último grupo, a avaliação do conhecimento é medida sob duas vertentes, conhecimento percecionado e conhecimento real (Tabela 5).

Relativamente ao **conhecimento percecionado**, irá aferir-se a compreensão financeira dos estudantes sobre nove temáticas de crédito (Apêndice 1, questão D1-1 a D1-9). As respostas são medidas numa escala de *Likert* classificadas de 1 a 5 pontos, de “muito baixo” (1), “baixo” (2),

“médio” (3), “elevado” (4) e “muito elevado” (5). Foi colocada também, uma questão direta de como avalia o seu conhecimento face à média da população portuguesa, medida numa escala de *Likert* classificada de 1 a 3 pontos, sendo “inferior” (1), “igual” (2) e “superior” (3).

Quanto ao **conhecimento real**, um conjunto de quinze questões confronta os estudantes com testes de conhecimento em situação prática sobre questões de crédito bancário (Tabela 5). As respostas são de escolha múltipla, verdadeiro ou falso, existindo também a opção de não sei/não respondo, à exceção de duas questões que serão medidas numa escala de *Likert* classificado de 1 a 3 pontos, “menos” (1), “igual” (2) e “mais” (3).

A elaboração de um índice possibilita a caracterização do grupo populacional em função do nível de conhecimento e a identificação de variáveis explicativas para o conhecimento. O índice não deve ser interpretado como um valor absoluto de avaliação do conhecimento financeiro, mas como um instrumento que permite a sua comparação entre grupos populacionais nas diferentes áreas temáticas (BDP, 2011a).

Apesar de vários autores aplicarem a medida de referência baseada nos estudos de Chen & Volpe (1998) para segmentar níveis de conhecimento, assumindo como um conhecimento baixo, valores inferiores a 60%, um conhecimento médio entre 60% e 79% e alto para valores iguais superiores a 80%. Neste estudo, assumiu-se como nível muito baixo valores de 0 a 24%, nível baixo entre 25% e inferior a 50%, entre 50% e 75% nível médio e acima nível elevado. A opção por esta medição justifica-se pelo facto de não existir uma medida padrão para avaliar o nível de literacia financeira, tendo-se optado por utilizar esta escala como medida possível. Com base na estatística descritiva, os percentis são medidas que dividem a amostra ordenada em 100 partes, cada uma com uma percentagem de dados aproximadamente igual. O  $k$ -ésimo percentil  $P_k$  é o valor  $x$  ( $x_k$ ) que corresponde à frequência cumulativa de  $N \cdot k/100$ , onde  $N$  é o tamanho amostral (Weisstein, 1962). Como medida de posição repartiu-se em quartis, valores que dividem a distribuição da variável em quatro partes iguais. A mediana, medida de tendência central divide a distribuição ordenada em duas partes iguais.

**Tabela 5 - Questões para análise comparativa do conhecimento percecionado e real**

Temas	Grupo D	Conhecimento percecionado	Conhecimento real
TAE e TAEG	Questão:	D1-1	D2, D3 e D17
Euribor	Questão:	D1-2	D4
Spread	Questão:	D1-3	D7
Taxa de esforço	Questão:	D1-4	D12
Taxa de juro fixa e variável	Questão:	D1-5	D8, D11
Comparação de empréstimos	Questão:	D1-6	D5, D9, D18, D19
Descoberto bancário	Questão:	D1-7	D10
Regime de juro simples e composto	Questão:	D1-8	D13, D16, D15
FINE Ficha de informação normalizada europeia	Questão:	D1-9	D6

Fonte: Elaboração própria

### 3.3. Técnicas estatísticas utilizadas

Os dados foram tratados com recurso ao software *Microsoft Excel* sendo transferidos para o software de análise estatística *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)*.

Para caracterização da amostra e variáveis envolvidas no estudo, as técnicas de análise utilizadas foram: a estatística descritiva para descrever e sumarizar um conjunto de dados tais como tabelas de frequência, gráficos circulares, gráficos de barras, tabelas de cruzamento. As tabelas de frequência representam um conjunto de dados organizados para apresentar a frequência do acontecimento em cada categoria. Os gráficos foram utilizados como método de apresentação dos dados qualitativos num sistema de coordenadas, dos quais se selecionaram o gráfico circular e de barras.

A estatística descritiva é a etapa inicial da análise utilizada para descrever e resumir os dados. Segundo Pestana & Gageiro (2000), “A estatística descritiva centra-se no estudo de características não uniformes das unidades observadas ou experimentadas e utiliza-se para descrever os dados através de indicadores chamados estatísticas, como é o caso das médias, da moda e do desvio padrão.” Huot (2002) define-a como “o conjunto das técnicas e das regras que resumem a informação recolhida sobre uma amostra ou uma população, e isso sem distorção nem perda de informação”. Para Reis (2008) “... consiste na recolha, análise e interpretação de dados numéricos através da criação de instrumentos adequados: quadros, gráficos e indicadores numéricos”.

Estando na presença de dados categóricos (dados qualitativos nominais e ordinais) e uma vez que um dos objetivos do estudo é averiguar possíveis associações entre variáveis, optou-se pela utilização de cruzamentos ou tabelas de contingência. As tabelas de contingência de frequências relativas são bastante úteis quando existem diferenças nas dimensões dos grupos utilizados.

Relativamente às relações ou cruzamento de dados, manteve-se como técnica de análise a estatística descritiva, utilizando tabelas de cruzamento para apurar resultados entre o nível de conhecimento financeiro apurado e um conjunto de variáveis independentes previamente selecionadas.



## 4. Análise e discussão dos resultados

Neste capítulo apresentam-se e analisam-se os resultados obtidos.

O inquérito procurou avaliar a compreensão dos jovens estudantes do ensino superior sobre certas questões de conceitos financeiros básicos na vertente do crédito bancário. Os resultados identificam situações diferenciadoras em função da identificação de determinadas características.

Estudos revelam que entre indivíduos de uma certa amostra, os resultados podem variar em função de determinados fatores, dividindo-a em subgrupos específicos em função de variáveis como a idade, o género, rendimento e experiência, influenciando o nível da literacia financeira (BDP, 2011a).

### 4.1. Perfil do Aluno

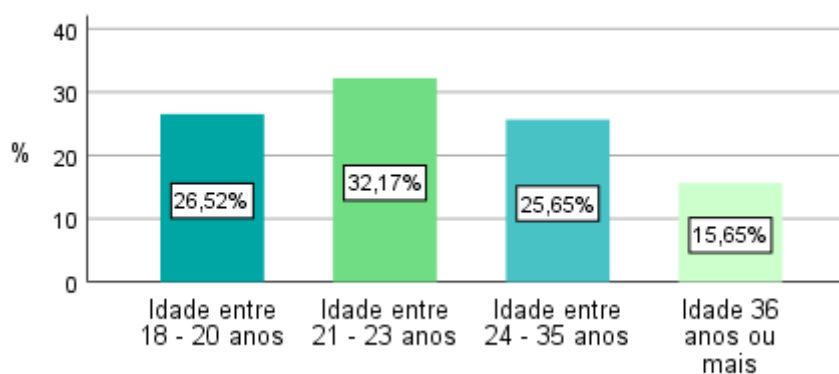
A amostra de 231 estudantes foi analisada com base em onze critérios de estratificação, de modo a apurar as características mais evidentes dos estudantes inquiridos.

Estas refletem a proporção com que ocorrem na amostra selecionada e estão representados nos gráficos 1 ao 11.

Os estudantes são maioritariamente de nacionalidade portuguesa (94,4%), sendo somente 13 estudantes (5,6%) de outra nacionalidade, não tendo sido solicitado a sua identificação (Apêndice 3.1).

A amostra é constituída por 32,2 % dos estudantes com idades entre os 21 e 23 anos (74 estudantes), 26,5% tem idade compreendida entre 18 e 20 anos (61 estudantes), 25,7 % tem entre 24 e 35 anos e por último 15,7% (36 estudantes) tem mais de 36 anos (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Idade

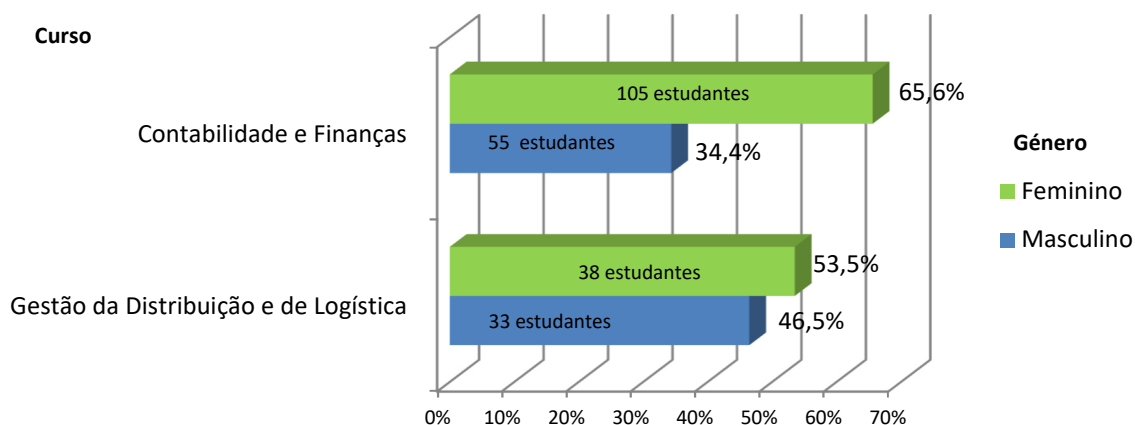


Fonte: Elaboração própria

Nos cursos de Contabilidade e Finanças o género feminino representa 65,6% da amostra, praticamente o dobro do género masculino com 34,4%.

Nos cursos de Gestão da Distribuição e da Logística existe maior equilíbrio, prevalecendo também o género feminino com 53,5 %, mas com uma diferença só de 7%, face ao género masculino com 46,5% (Gráfico 2 e Tabela 6).

**Gráfico 2 - Género**



Fonte: Elaboração própria

**Tabela 6 - Género por curso**

Curso	Género	Estudantes	Total %
CF	Feminino	105	65,6%
	Masculino	55	34,4%
<b>Total de estudantes</b>		<b>160</b>	<b>100%</b>
Curso	Género	Estudantes	Total %
GDL	Feminino	38	53,5%
	Masculino	33	46,5%
<b>Total de estudantes</b>		<b>71</b>	<b>100%</b>

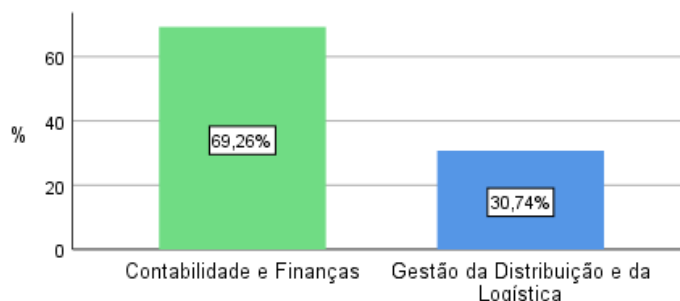
Fonte: Elaboração própria

Segundo Lusardi & Mitchell (2011) podem existir diferenças persistentes e sistemáticas na literacia financeira entre homens e mulheres. Em alguns estudos realizados tem se verificado que os homens possuem maior nível de conhecimento financeiro, sendo que as mulheres parecem ter mais dificuldade em acompanhar o desenvolvimento económico e financeiro dos mercados. Na tentativa de explicar estas diferenças, Fonseca et al. (2012) depreendem estar associado ao facto de nas famílias tradicionais muitas vezes a tomada de decisões ser gerida principalmente pelos homens. No entanto, neste estudo não se espera que existam diferenças significativas entre homens e mulheres, dado o foco do estudo ser estudantes do ensino superior, não se enquadra no padrão referido por Fonseca et al (2012).

Quanto ao estado civil, foi possível observar que 81,3 % dos estudantes são solteiros, somente 15,2% são casados ou vivem em união de fato, e os divorciados representam apenas 3,5% da amostra (Apêndice 3.3).

A amostra de estudantes é constituída por 69,3% do curso de Contabilidade e Finanças e 30,7% do curso de Gestão da Distribuição e da Logística (Gráfico 3).

**Gráfico 3 - Curso**

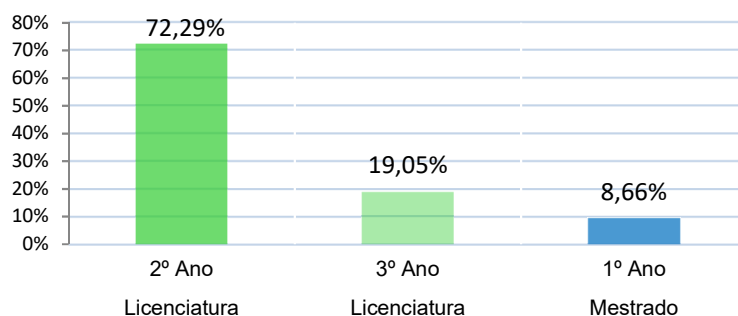


Fonte: Elaboração própria

Relativamente ao grau académico, o peso dos estudantes do mestrado é pouco significativo representa somente 8,7% da amostra, face a 91,3% das licenciaturas (Apêndice 3.4). A justificação prende-se com o fato de haver menos estudantes inscritos nos mestrados.

Em termos de ano de inscrição, foi junto dos estudantes do 2º ano que se obteve maior número de participantes, 72,3%, seguido de 19% para os estudantes do 3º ano e somente 8,7% para os estudantes do 1º ano de mestrado (Gráfico 4).

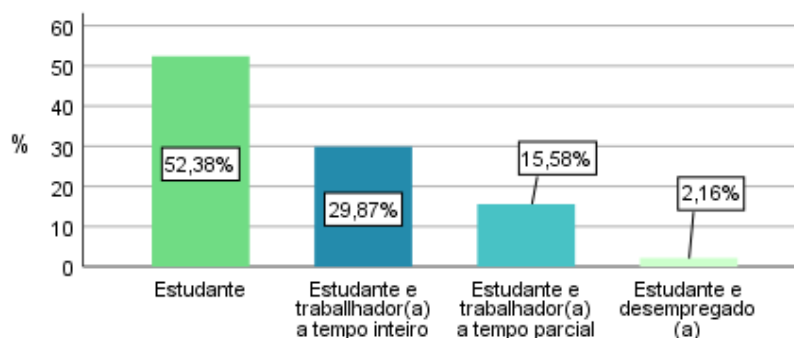
**Gráfico 4 - Ano**



Fonte: Elaboração própria

A maioria dos estudantes só estudam (54,5%). No entanto, existe também estudantes que possuem experiência profissional, 29,9% estudam e são trabalhadores a tempo inteiro, 15,6% estudam e trabalham a tempo parcial (Gráfico 5).

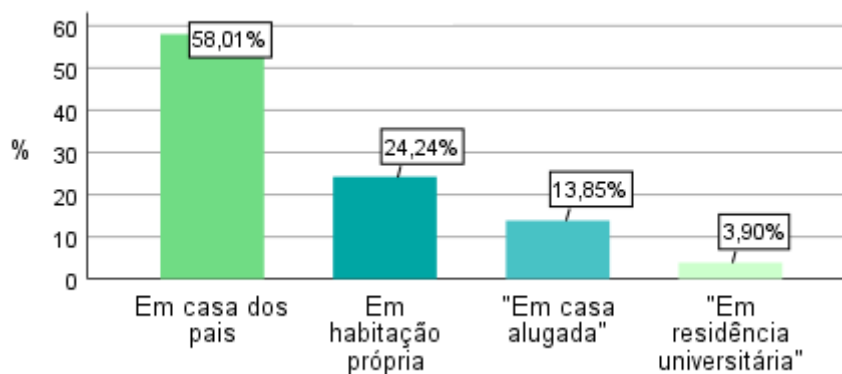
**Gráfico 5 - Situação ocupacional**



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 6 permite-nos aferir que 58% dos estudantes ainda vivem em casa dos pais. Existe um segmento que já tem habitação própria (24,2%), 13,8% vive em sistema de aluguer de casa, o que evidencia já terem responsabilidade com encargos com habitação. Uma minoria vive em residência universitária 3,9%.

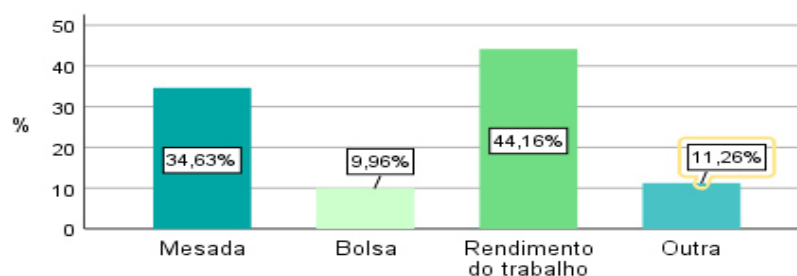
**Gráfico 6 - Residência**



Fonte: Elaboração própria

Outra variável sociodemográfica escolhida está relacionada com a fonte de rendimento. Num contexto financeiro, esta variável poderá influenciar e apresentar conclusões interessantes aos vários níveis de conhecimento. A fonte de rendimento é justificação para a abertura de conta bancária. E por sua vez o acesso a uma conta bancária é referido como o principal indicador de inclusão financeira, por ser um requisito essencial para o acesso a produtos e serviços bancários. O grau de acesso é considerado importante indicador de integração social e utilizado para comparações internacionais (BDP, 2011b).

**Gráfico 7 - Qual a fonte de rendimento**



Fonte: Elaboração própria

Assim sendo, através da análise das frequências relativas do gráfico 7, é possível aferir que cerca de 44,2% já tem rendimento do trabalho, que poderá estar relacionado com a necessidade de pagar os estudos ou até terem interesse em obter experiência profissional e independência económica. Dos restantes, 34,6% recebe mesada de familiares, 10% recebe bolsa de estudo e cerca de 11,3% tem outra fonte de rendimento, não tendo sido solicitado a sua especificação.

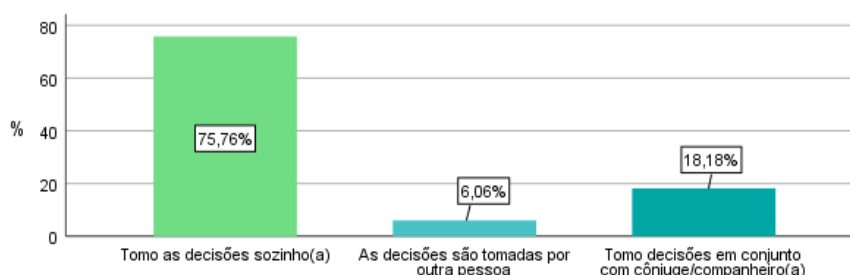
Pelo facto de mais de metade não ter rendimento do trabalho, pode-se depreender que estes estudantes dependerão financeiramente dos pais e que a gestão financeira do orçamento familiar será suportada e decidida por estes, assim sendo estarão menos familiarizados com questões financeiras. Os que já tem rendimento de trabalho, por forças das circunstâncias terão de gerir o seu orçamento em função dos seus rendimentos.

Outras duas variáveis consideradas, cujo objetivo é perceber quais as condicionantes que poderão fazer variar o nível de conhecimento, se o estudante do ensino superior tem por hábito tomar decisões sozinho e qual o intervalo de rendimento bruto mensal da família.

Relativamente à responsabilidade de decisões financeiras, 75,8% afirmam tomar decisões sozinho, somente 6% deixam o encargo para outra pessoa que poderão ser os pais ou outros, e 18,2% tomam decisões em conjunto com o companheiro ou cônjuge (Gráfico 8).

A tomada de decisões em conjunto vai de encontro ao que foi apurado no variável estado civil, em que 15,2% dos estudantes são casados(as) ou vivem em união de fato e 3,4% são divorciados(as) (Apêndice 3.3).

**Gráfico 8 - Quem é responsável por tomar decisões sobre dinheiro**



Fonte: Elaboração própria

Os pais são os primeiros agentes de socialização dos jovens, no que diz respeito à literacia financeira, a maioria recorre a estes para obter informações financeiras, quer seja para receber educação financeira, quer seja pela tendência da observação de comportamentos no que diz respeito a hábitos de poupança ou investimentos (Sohn et al, 2012). Jorgensen & Savla (2010) atestam a afirmação que os pais possuem forte influência na atitude financeira dos mesmos e indiretamente no seu comportamento financeiro.

No que se refere ao rendimento bruto mensal da família dos estudantes conclui-se que o escalão que apresenta maior percentagem, 46,22%, é o quarto escalão de valores compreendidos entre os 1.001€ e os 2.500€. Com 27,11% o terceiro escalão com rendimentos entre os 501€ e os 1.000€. O escalão mais alto, acima dos 2.500€ de rendimento é representado por 12,44% dos estudantes e por último 10,22% com rendimento até 500€. Só uma minoria, cerca de 4% não apresentam qualquer fonte de rendimento (Apêndice 3.5).

Os resultados do estudo sobre a importância económica da literacia financeira de Lusardi & Mitchell (2014) indicam que o nível de literacia financeira está associado ao rendimento *per capita*. Sendo que, nos países com baixos rendimentos, verifica-se baixo nível de literacia e que países com rendimentos mais elevados, o nível de literacia financeira é alto. Resultados similares são também revelados no estudo conduzido pelo Banco Mundial de acordo com o *Global Financial Development Report* (GFDR) em 2014.

Xu & Zia (2012) confirmam que em países com níveis alto de rendimento, a literacia financeira é uma ajuda à proteção do consumidor, o contrário se passa em países carenciados em que a difusão de informação financeira é muito limitada.

Assim sendo, o estudo realizado está perfeitamente enquadrado com a literatura anteriormente referida.

## **4.2. Inclusão financeira**

### **4.2.1. Cultura financeira**

Os resultados obtidos revelam que as atitudes financeiras dos estudantes, de um modo geral, são adequadas à importância atribuída de planear o orçamento familiar. A maioria (95,7%) dos estudantes considera importante, somente 3,9% (9 estudantes) consideraram pouco importante e só 0,4% (1 aluno) nada importante (Apêndice 3.7).

Nas questões sobre o recurso ao portal do cliente bancário, ficha de informação normalizada Europeia como fonte de informação, os estudantes desconhecem os termos. Do total de estudantes, 84,8 % não sabe o que é o portal do cliente bancário, mais de metade dos estudantes (55,8%) não sabe que existem os serviços mínimos bancários e 84,8% não está de todo familiarizado com a FINE, ficha que fornece toda a informação a contratar nos empréstimos bancários, e compará-los entre várias instituições financeiras, nas mesmas condições (Tabela 7). Este comportamento é

revelador de alguma passividade, que pode ser compreendida sob dois aspetos, por um lado, podem não ter por hábito comparar taxas de juro na contratação de empréstimos, ou então a preocupação orienta-se mais com os encargos assumidos do que propriamente com o retorno da poupança.

Quanto à finalidade dos serviços mínimos bancários, é de promover o acesso a uma conta bancária e certos serviços de pagamento com custos reduzidos. Assim como, o Portal do Cliente Bancário é considerado a segunda fonte mais importante para aceder a informação sobre produtos bancários, a seguir ao Banco de Portugal.

Pode-se concluir que à semelhança da generalidade da população portuguesa (BDP, 2011a), não são conhecidos pelos estudantes, também neste estudo.

**Tabela 7 - Conhecimento sobre Portal do Cliente Bancário, serviços mínimos bancários e FINE**

		Portal Cliente Bancário		Serv.mínimos bancários		FINE	
		Estudantes	%	Estudantes	%	Estudantes	%
Resposta	Não	196	84,8%	129	55,8%	196	84,8%
	Sim	35	15,2%	102	44,2%	35	15,2%
	Total	231	100%	231	100%	231	100 %

Fonte: Elaboração própria

#### 4.2.2. Fontes de informação

Foi questionado quais as fontes de informação consideradas importantes e que têm influência nas suas opções de escolha.

Verificou-se que existe uma relação de confiança por parte dos estudantes com as instituições de crédito (50,4%), apesar da opinião de amigos ser considerada também importante (48,7%). A percentagem de estudantes que opta por consultar a instituição bancária onde já detém produtos e serviços é baixa, somente 28,1%, e o recurso à publicidade de todas as opções é a que consideram ter menos influência na sua opinião (3,5%) (Tabela 8). Estes resultados revelam não só a necessidade de divulgar informação financeira pelos meios que indicam como preferenciais, mas também de promover os meios de divulgação de informação já disponíveis, como por exemplo o Portal do Cliente Bancário.

**Tabela 8 - Respostas à opção fontes de informação**

		Conselho de amigos	Instituições de crédito	Publicidade	Instituição crédito onde tem conta bancária
Resposta	Não	51,3 %	49,6%	96.5%	71,9%
	Sim	48,7 %	50,4%	3.5%	28,1%
	Total	100 %	100 %	100%	100%

Fonte: Elaboração própria

#### 4.2.3. Escolha de produtos bancários

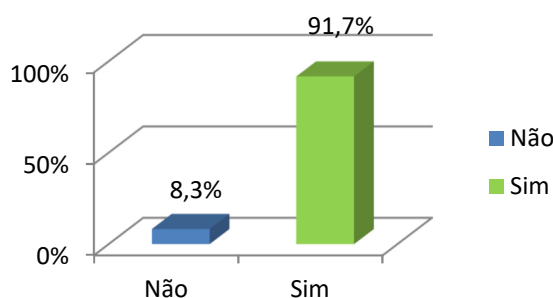
Neste grupo foram incluídas três questões:

- Se são titulares de uma ou mais contas de depósito à ordem;
- Se têm contratado em seu nome algum produto de crédito e qual o número;
- Que tipo de créditos detém.

Resultados interessantes foram publicados pela OCDE (2014) e por Xu & Zia (2012) sobre o estudo PISA 2012 realizado a estudantes, em que na Austrália e na Bélgica, mais precisamente na comunidade flamenga, mais de 70 % dos estudantes possuem conta bancária. Enquanto que países como Israel, Polónia e República Checa menos de 30 % dos estudantes tem uma conta bancária.

Os resultados do inquérito revelam que 91,7% dos estudantes (196) são detentores de conta bancária e somente 8,3% (19 estudantes) não possuem conta, tendo pouca expressão na totalidade da amostra (Gráfico 9). Podemos então afirmar que os estudantes em análise, indicam inclusão financeira na medida em que a conta depósito à ordem é o produto de acesso ao sistema bancário. A detenção de uma ou mais contas está associada a maiores níveis de rendimento (BDP, 2016a).

**Gráfico 9 - Titular de uma ou mais contas de depósito à ordem**



Fonte: Elaboração própria

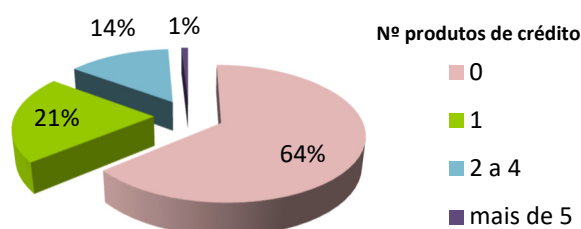


Na questão sobre detenção de produtos de crédito, os resultados gerais do primeiro inquérito à literacia portuguesa em 2010 (BDP, 2011a) mostraram que indivíduos com nível superior de escolaridade, entre 24 e 59 anos, empregados com nível mais elevado de rendimento e detentores de produtos bancários, tais como conta bancária, depósitos a prazo, crédito à habitação, crédito ao consumo e cartão de crédito foram os que revelaram melhores resultados.

A complexidade da oferta de produtos bancários no mercado, exige que a opção de escolha se baseie em critérios rigorosos, avaliando e comparando custos e benefícios. A colocação desta questão no questionário prende-se com o facto de perceber se os indivíduos da amostra já fazem escolha de produtos bancários. O gráfico 10 permite-nos aferir que os estudantes estão muito pouco familiarizados com produtos de crédito, mais de metade da amostra, 64% não detém nenhum tipo de crédito, 21% afirma ser detentor de um, 14 % diz ser detentor de dois a quatro e somente 1% detém mais de cinco produtos de crédito.

Autores como Sohn et al (2012) sustentam que as experiências financeiras são relevantes, podem ser fator que eleva o nível de conhecimento quando estão em contato com atividades financeiras.

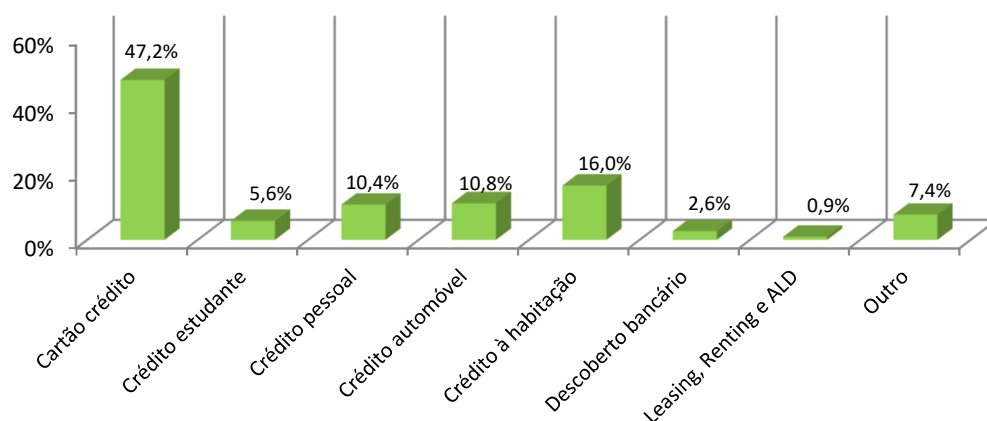
**Gráfico 10 - Detentores de produtos de crédito, qual o número**



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 11 permite-nos identificar que tipos de créditos são detidos pelos estudantes. Conclui-se que o produto mais utilizado é o cartão de crédito com 47,2%, seguido do crédito à habitação com 16 % que se posiciona acima do crédito automóvel com 10,8%, 10,4% está familiarizado com o crédito pessoal, 5,6% detém crédito estudante para fazer face às despesas com estudos, 2,6% utiliza o descoberto bancário como forma de crédito e somente 0,9% respondeu leasing, renting ou ALD. Por último 7,4 % refere ser detentor de outro tipo, não tendo sido solicitado a sua especificação.

**Gráfico 11 - Tipos de crédito detidos**



Fonte: Elaboração própria

### **4.3. Compreensão financeira**

#### **4.3.1. Conhecimento percecionado**

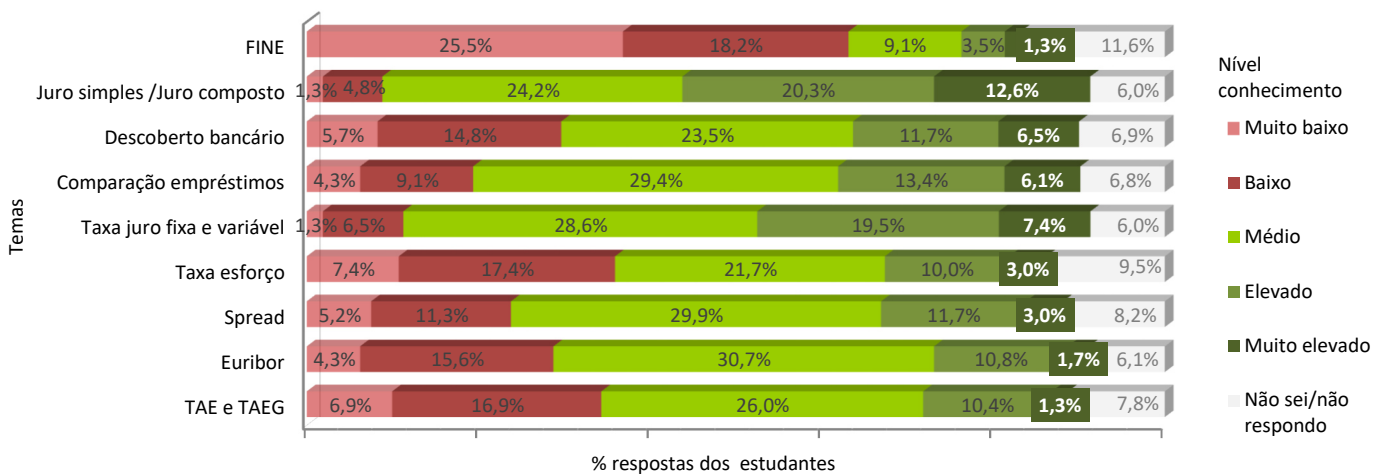
A deficiente perceção dificulta as escolhas adequadas ao perfil de risco dos consumidores. Vários estudos realizados, identificam uma sobreavaliação dos conhecimentos, confirmando assim, a importância estratégica que deve ser atribuída à informação e formação financeira para mudança de comportamentos (BDP, 2011a; Roquette et al., 2014).

No questionário, foi solicitado aos estudantes para se autoavaliarem sobre a compreensão financeira de termos relacionados com o crédito bancário (Apêndice 1 - questão D1). Os resultados indicam uma sobreavaliação a nível do conhecimento percecionado.

O gráfico 12 apresenta os resultados para o curso de Contabilidade e Finanças. O gráfico 13 apresenta os resultados para o curso de Gestão da Distribuição e da Logística. A soma das percentagens de respostas por tema dos dois gráficos totaliza os 100% da amostra.

No curso de Contabilidade e Finanças, 43,7% afirmam serem pouco conhecedores da FINE. Os temas mais conhecedores são o juro simples e composto, com 20,3% classificado como elevado e 12,6% muito elevado e a taxa de juro fixa e de juro variável, onde se verificou maior percentagem de resposta em nível elevado (19,5%) e muito elevado (7,4%).

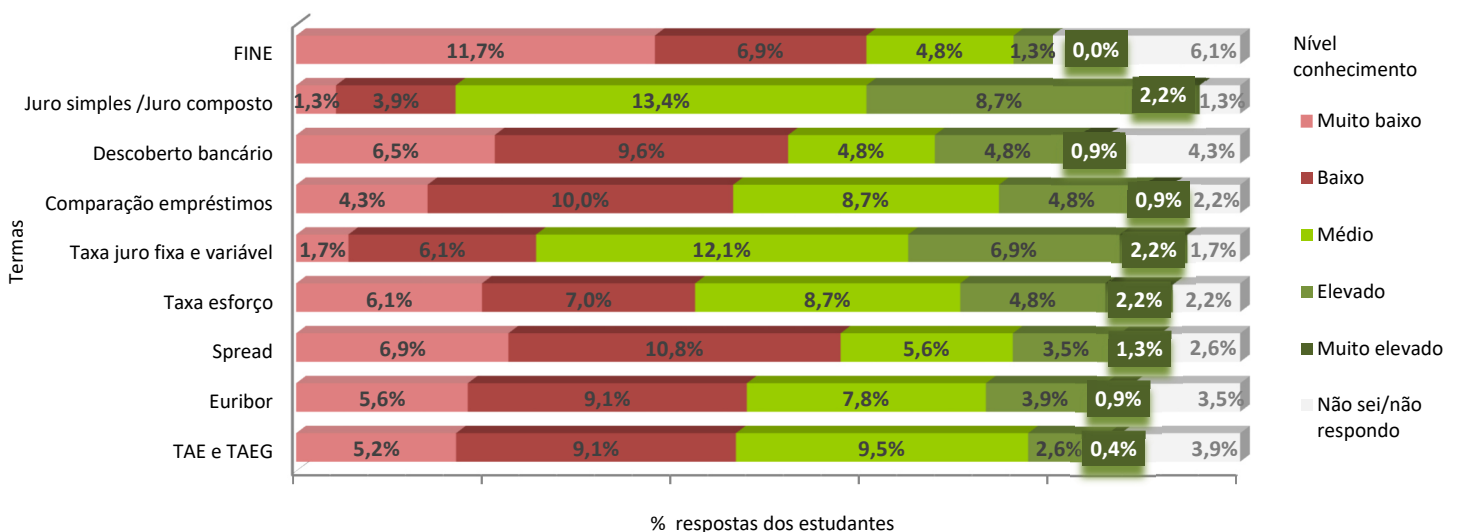
**Gráfico 12 - Conhecimento percecionado do curso de Contabilidade e Finanças**



No curso de Gestão da Distribuição e da Logística, os resultados não são tão diferenciadores, comparativamente com a análise anterior. Apenas 18,6% expressam ser pouco conhecedores sobre o tema FINE. O juro simples e juro composto assim como a taxa de juros fixa e juro variável, são os temas onde se acham com mais conhecimento.

Conclui-se que, no conhecimento percecionado, o tema que se destaca como desconhecido para os estudantes, é a FINE. Os temas que conhecem melhor, são o juro simples e o juro composto (Apêndice 3.6).

**Gráfico 13 - Conhecimento percecionado do curso Gestão da Distribuição e da Logística**



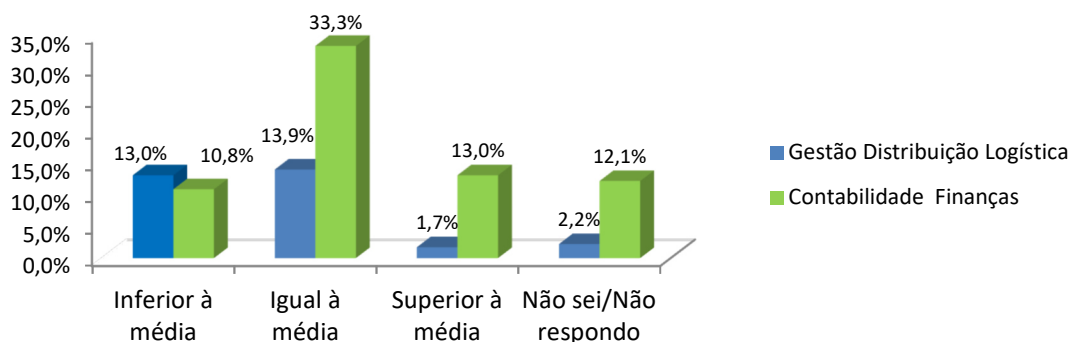
Fonte: Elaboração própria

Certos autores revelam que os cidadãos sobrestimam as suas capacidades financeiras. Estudos realizados evidenciam que os cidadãos dos EUA possuem um conhecimento percecionado muito elevado, quando na realidade não se constata, ao contrário no Japão, estes autoavaliam-se com nível baixo (Lusardi & Mitchell, 2014). No inquérito sobre literacia financeira realizada em 2010, no nosso país, os indivíduos também sobrestimaram os seus conhecimentos, demonstrando confiança dos mesmos (BDP,2011a).

De seguida os estudantes inquiridos foram confrontados com a questão “Na sua opinião como avalia os seus conhecimentos financeiros, comparativamente à média da população portuguesa?”.

De um modo geral, os estudantes consideram-se num nível “médio” de conhecimento. O curso de Contabilidade e Finanças observa uma percentagem mais alta (33,3%) face ao curso de Gestão da Distribuição e Logística (13,9%) (Gráfico 14).

**Gráfico 14 - Nível de conhecimento percecionado da amostra**



Fonte: Elaboração própria

#### 4.3.2. *Conhecimento real*

Seguidamente apresentam-se os resultados à avaliação realizada sobre o conhecimento real dos estudantes.

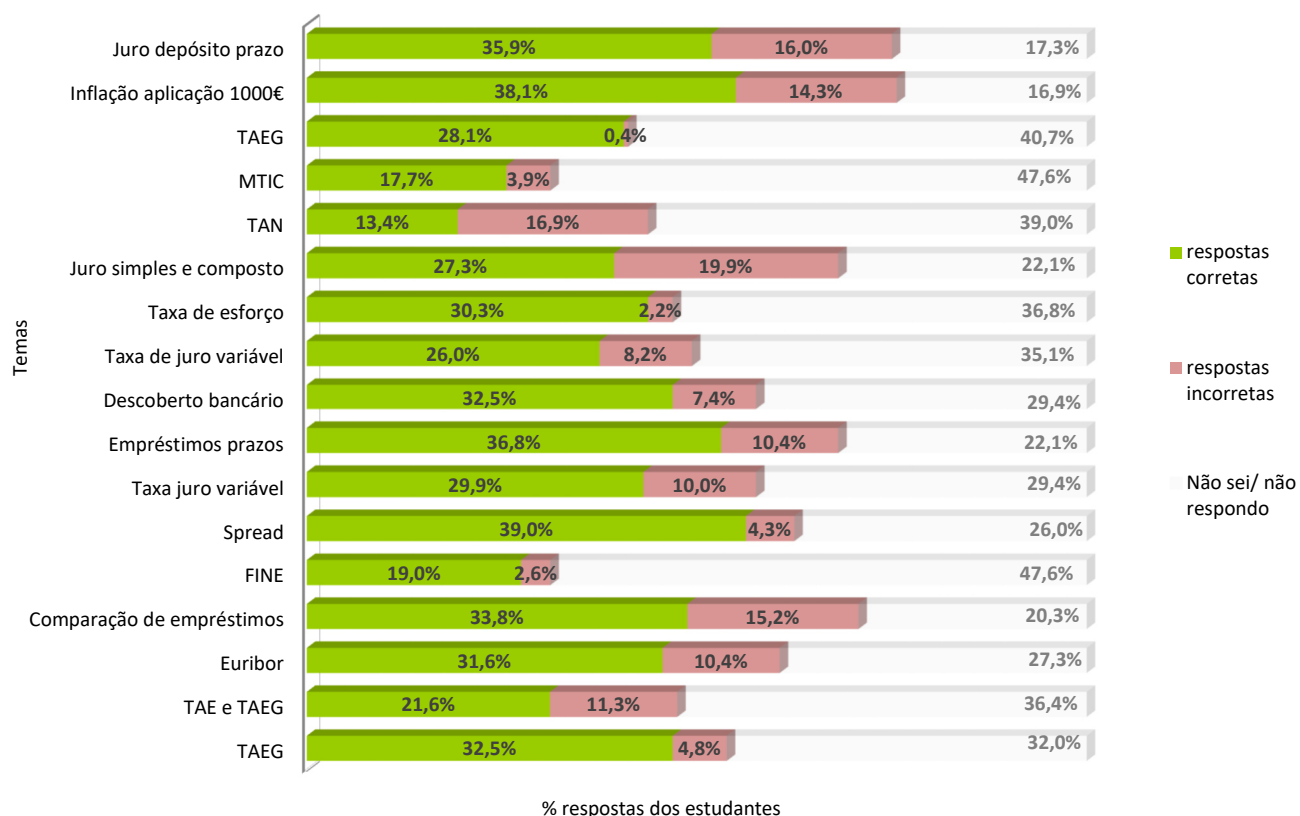
No curso de Contabilidade e Finanças, os temas onde os estudantes obtiveram melhores resultados, foram na questão sobre o *spread*, com 39% de respostas corretas, o tema inflação com 38,1% e o tema empréstimos a prazo com 36,8% (Gráfico 15).

A questão sobre taxa anual nominal (TAN) dos empréstimos foi a questão onde os estudantes apresentaram maior fragilidade, a percentagem de respostas corretas foi a mais baixa de todas as questões, 13,4%.

Comparando com outros estudos realizados em países como a Alemanha e Itália, observou-se que os indivíduos tendem a saber mais sobre questões de inflação, visto ter ocorrido experiências semelhantes no passado, enquanto que no Japão, poucos são os que tem conhecimento nesta

área, a justificação prende-se com o facto do país ter passado por experiência oposta ou seja deflação (Lusardi & Mitchell, 2014).

**Gráfico 15 - Conhecimento real do curso de Contabilidade e Finanças**

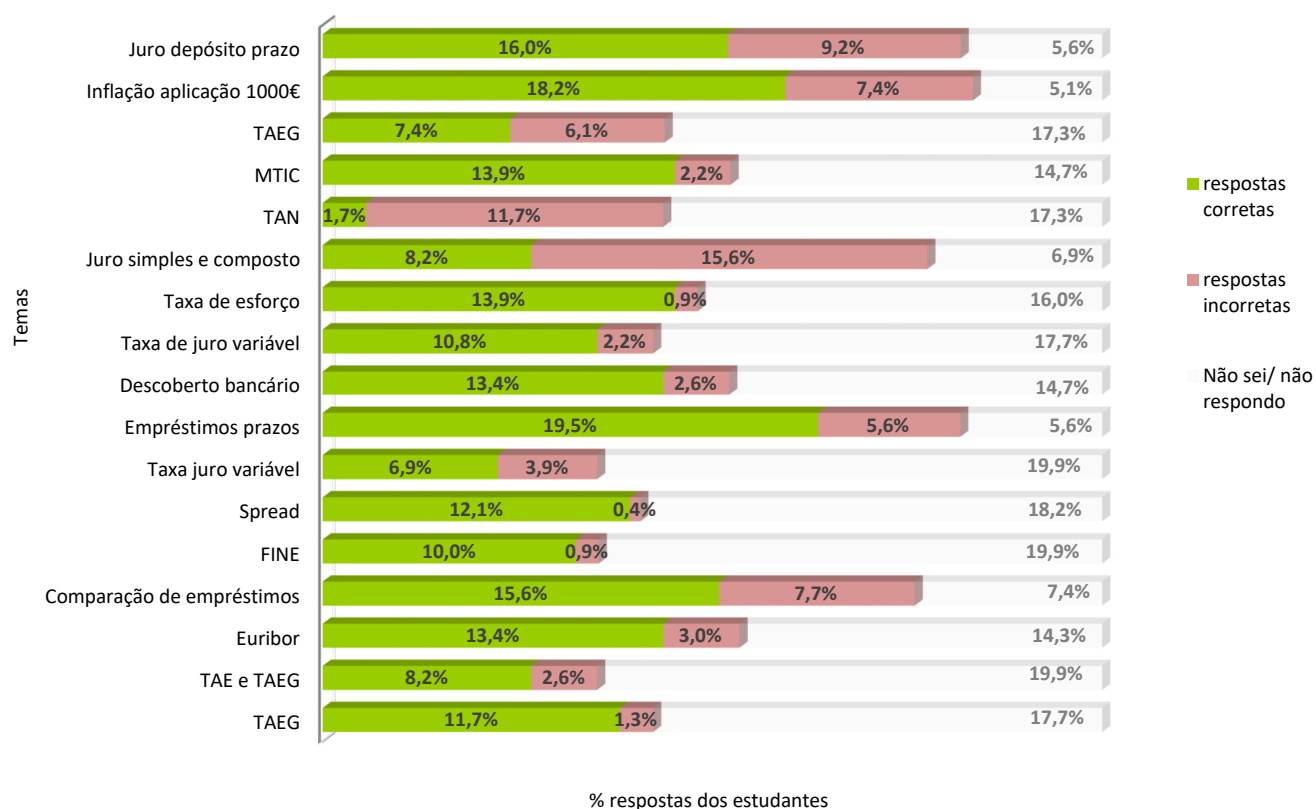


Fonte: Elaboração própria

No curso de Gestão da Distribuição e da Logística os temas onde os estudantes registaram maior percentagem de respostas corretas, foram na questão sobre empréstimos a prazo, com 19,5%, o tema inflação com 18,2% e o juro de depósito a prazo com 16% (Gráfico 16).

A questão sobre compreensão de juro simples e juro composto apresentou 15,6% de respostas incorretas. A TAN, à semelhança dos resultados apresentados no curso de Contabilidade e Finanças, registou o valor mais baixo de respostas corretas, 1,7%.

**Gráfico 16 - Conhecimento real do curso de Gestão da Distribuição e da Logística**



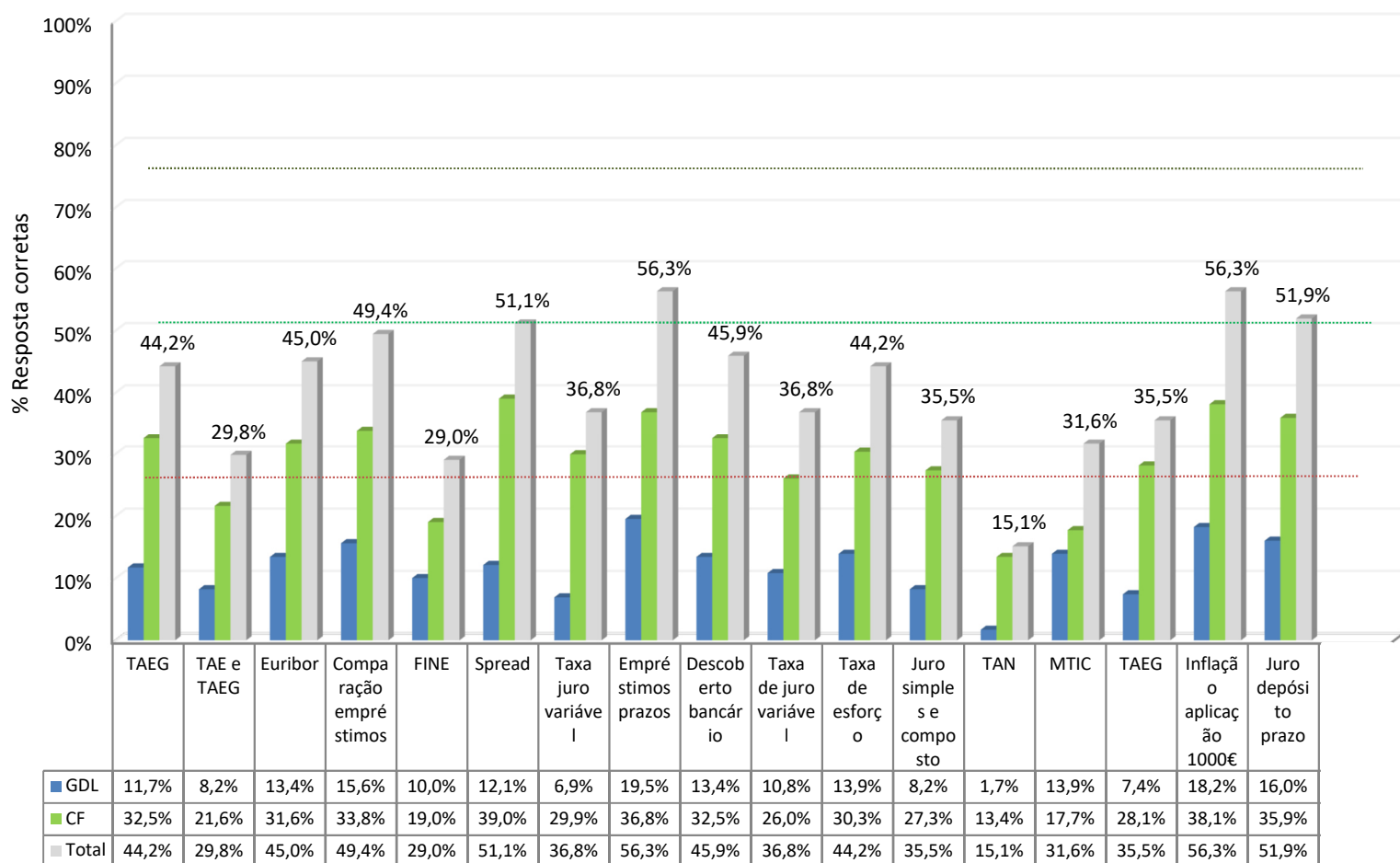
Fonte: Elaboração própria

Comparando o conhecimento percecionado e o conhecimento real foi possível verificar que apesar dos estudantes terem identificado a FINE com maior dificuldade na compreensão do termo, a taxa anual nominal (TAN) foi o conceito com menor conhecimento.

O gráfico 17 permite ter uma visão global da avaliação do conhecimento real. Sem dúvida, o conhecimento real está posicionado muito aquém do esperado, os valores situam-se abaixo dos 50%. Deste modo, conclui-se que os estudantes inquiridos apresentam um nível baixo de conhecimento, sendo possível identificar que as áreas que necessitam de formação, a TAN (15,1%), a FINE (29%), TAE e TAEG (29,8%).

É importante que os estudantes possuam um bom nível de conhecimento de compreensão financeira, uma vez que um reduzido entendimento nesta matéria pode ter impacto sério em empréstimos futuros, onde a distinção de várias taxas e siglas ser crucial para saber o quanto terão que pagar efetivamente nos financiamentos e quais as melhores decisões a tomar.

**Gráfico 17 - Conhecimento real (nível de compreensão sobre termos financeiros)**



Fonte: Elaboração própria

### 4.3.3. Conhecimento percecionado e real

Pretendeu-se também verificar se a autoavaliação realizada pelos estudantes vai de encontro como o que realmente sabem.

Apesar do conhecimento percecionado dos estudantes se classificar como médio, a sua percepção continua a ser mais elevada que a média real do conhecimento apurado. No gráfico 18 é visível esta situação.

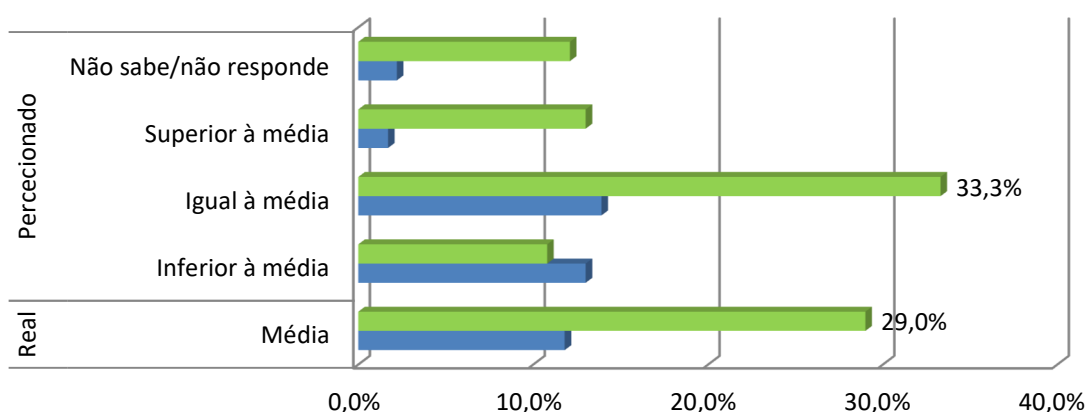
No curso de Contabilidade e Finanças, a diferença entre o conhecimento percecionado (33,3%) e o conhecimento real (29%) é de 4,3%.

No curso de Gestão da Distribuição e da Logística, a diferença entre o conhecimento percecionado (13,9) e o real (11,8) é só 2,1%.

A lógica pressupõe que estas duas relações coincidissem. Logo concluímos que existe uma sobrevalorização dos conhecimentos por parte dos estudantes, tal como é referido em vários estudos. No entanto é possível verificar uma relação direta entre ambos, à medida que aumenta o conhecimento percecionado, o real também aumenta.

Em conclusão, o curso de CF apresenta nível superior em ambos os conhecimentos, comparativamente com o curso de GDL. Os níveis de conhecimento dos estudantes do ensino superior são mais elevados para os que compreendem medianamente as temáticas em estudo.

**Gráfico 18 - Compreensão financeira - conhecimento percecionado vs. real**



Curso	Real	Percecionado			
	Média	Inferior à média	Igual à média	Superior à média	Não sabe/não responde
CF	29,0%	10,8%	33,3%	13,0%	12%
GDL	11,8%	13,0%	13,9%	1,7%	2%

Fonte: Elaboração própria



#### 4.4. Relação do perfil do estudante com o nível de conhecimento real

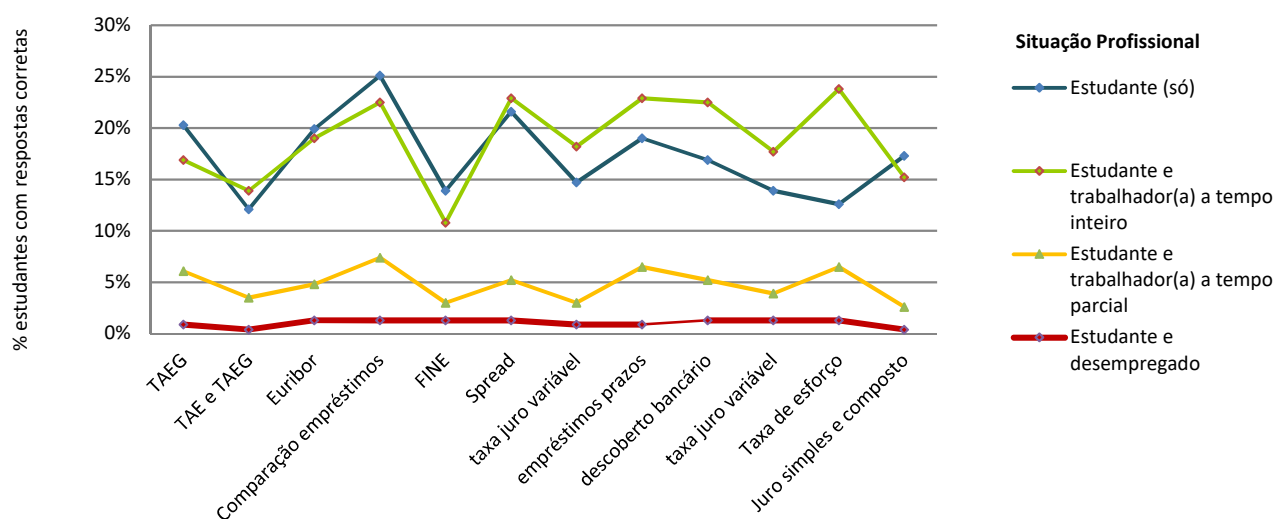
Na fase seguinte, pretendeu-se analisar o conhecimento financeiro dos estudantes por cada uma das variáveis selecionadas, possíveis de influenciar o conhecimento. A situação ocupacional, a residência, o número de produtos detidos pelos estudantes, o tipo de crédito que detém e por último o curso.

##### 4.4.1. Situação ocupacional

Considerou-se que talvez a experiência profissional, no caso dos estudantes que são simultaneamente trabalhadores, pudesse contribuir para um nível de conhecimento mais elevado.

Tal situação não se comprova pela análise ao gráfico 19, uma vez que os estudantes inquiridos que são estudantes e trabalhadores a tempo inteiro e os que são só estudantes, são os dois segmentos com melhores resultados, apresentam resultados similares com uma média de respostas certas de 18,9% e 17,3%, respetivamente. Os estudantes e trabalhadores a tempo parcial apresentam média muito baixa, cerca de 4,8% (Apêndice 4.1).

Gráfico 19 - Relação entre situação ocupacional e o nível conhecimento real



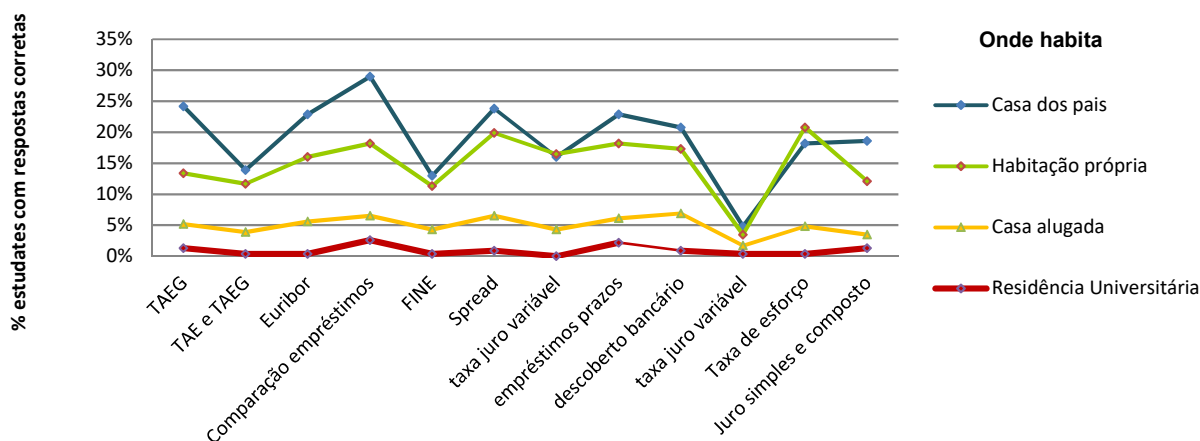
Fonte: Elaboração própria

##### 4.4.2. Residência

A relação da característica sociodemográfica “residência” dos estudantes e o conhecimento real, apresenta uma curiosidade (Gráfico 20). Os estudantes que habitam com os pais apresentam o valor mais elevado observado de respostas certas (29%), na questão relacionada com a

comparação de empréstimos. O facto de não suportarem este tipo de encargos estando a viver com os pais, seria expectável que apresentassem uma média de respostas corretas mais baixa que os restantes. Os que tem habitação própria apresentam um valor médio de 14,9% de todos os temas, quem tem casa alugada apresenta uma média de 4,9% e quem vive numa residência universitária tem uma média de 0,9% (Apêndice 4.2).

**Gráfico 20 - Relação entre residência e o nível conhecimento real**

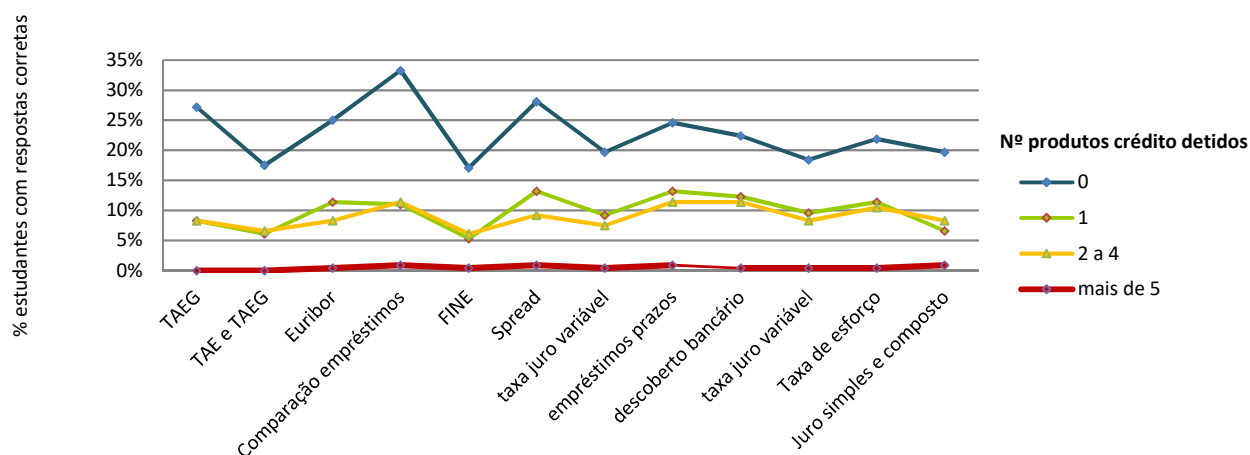


Fonte: Elaboração própria

#### 4.4.3. Número de produtos de crédito

A particularidade de quem tem produtos de crédito é contraditória com quem possui conhecimentos reais de crédito. Os resultados mais altos observados, foram registados para quem não detém nenhum produto de crédito, sendo a percentagem mais elevada de 33,3% de respostas certas para a comparação de empréstimo e a mínima de 17,1% para a compreensão da FINE (Gráfico 21). Para quem detém só um produto a percentagem varia entre 5,3% e 13,2%, para quem detém dois ou quatro produtos a percentagem apresenta-se num intervalo de 6,1% a 11,4%. Por fim, para quem detém mais de cinco produtos os valores são inferiores a 1% (Apêndice 4.3)

**Gráfico 21 - Relação entre nº de produtos crédito detidos e o nível conhecimento real**

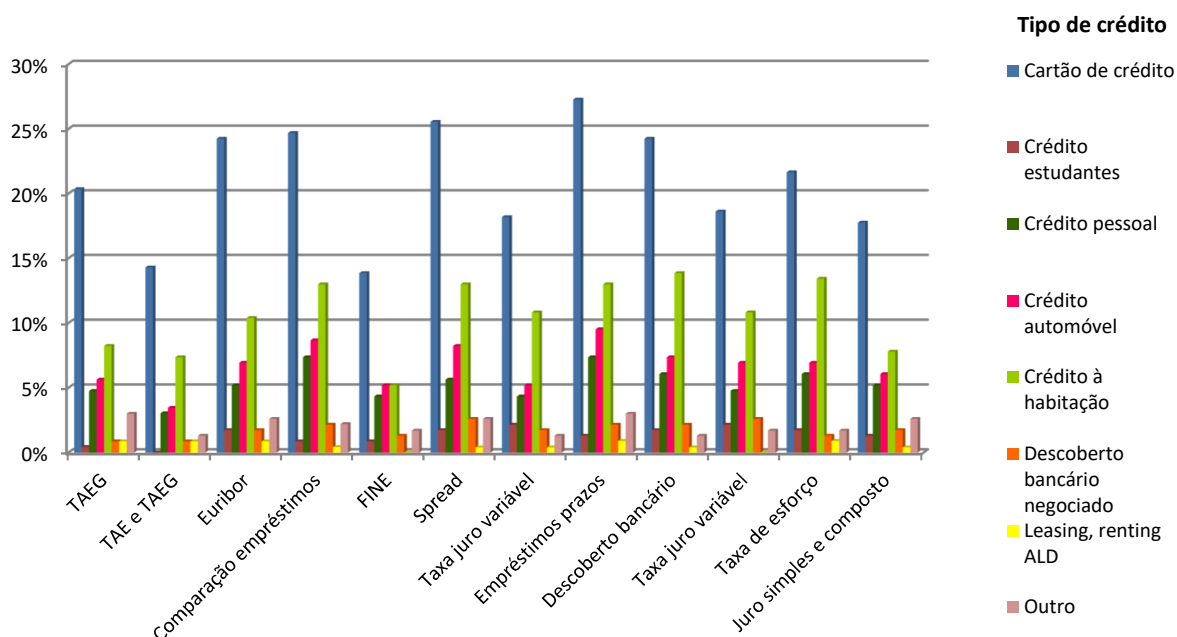


Fonte: Elaboração própria

#### 4.4.4. Tipos de crédito

O nível de inclusão financeira poderia estar associado a uma maior compreensão financeira. No gráfico 22 é observável, que foi nas variáveis “cartão de crédito” e “crédito à habitação” que se registaram melhores resultados. A primeira com uma média de 20,9% respostas certas para todos os temas e a segunda com uma média de 10,6% (Apêndice 4.4). No entanto para os detentores dos restantes tipos de créditos, as médias são muito baixas.

**Gráfico 22 - Relação entre tipos produtos de crédito e o nível conhecimento real**



Fonte: Elaboração própria

#### 4.4.5. Curso

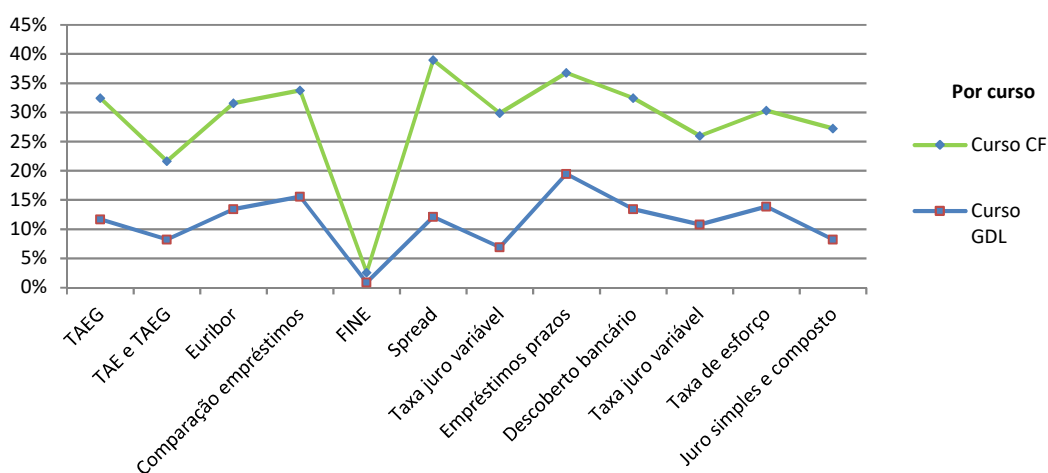
Nesta secção observa-se a relação entre a compreensão financeira com os dois cursos selecionados para o estudo proposto (Gráfico 23), Contabilidade e Finanças e Gestão da Distribuição e da Logística.

De todas as variáveis independentes analisadas, é sem dúvida a variável “curso” que apresenta maior influência no nível de conhecimento real sobre crédito bancário.

Os estudantes do ensino superior da área de Contabilidade e Finanças (CF), em que a componente curricular do curso assenta fortemente em conteúdos de área financeira, estão associados a um maior nível de conhecimento. Apesar do curso de Gestão da Distribuição e Logística (GDL), ser um curso da área de gestão que apresenta também disciplinas de micro e macroeconomia e análise financeira, entre o primeiro e segundo ano, tiveram maior dificuldade na compreensão das questões sobre crédito bancário. O que indicia que quanto maior for a componente curricular de formação financeira será esclarecedor para a obtenção de melhores resultados.

Deste modo foi possível constatar que o curso de CF apresenta resultados mais elevados perante o curso de GDL, apesar de se considerarem baixos. A média é de 28,6% de respostas certas para CF e 11,2% para GDL (Apêndice 4.5).

**Gráfico 23 - Relação entre tipo de curso e o nível conhecimento real**



Fonte: Elaboração própria

#### 4.4.6. Síntese dos resultados

Deste modo, é possível concluir que das cinco variáveis testadas, a variável curso é explicativa de maior nível de conhecimento sobre crédito bancário. A variável “situação profissional” não permitiu afirmar que a experiência profissional explicaria resultados mais elevados. A variável

“residência” também não, a eventualidade de poderem ter casa própria e crédito a habitação não teve influência, os resultados mais elevados são verificados nos estudantes que vivem em casa dos pais. A inclusão financeira através das variáveis “número produtos de crédito” e “tipo de crédito”, também não se verificou ser relevante, quem não tem qualquer produto de crédito revelou ter maior conhecimento real, e quem tem crédito à habitação revelou menos conhecimento do que quem possui cartão de crédito.

Vários autores afirmam que mesmo na população universitária, o nível de literacia financeira é baixo. No entanto à semelhança de outros estudos, Power et al (2011) e Bacova et al.(2013), constataram que os estudantes da área de finanças têm um nível mais elevado de literacia financeira do que os que não são, estando mais familiarizados com educação financeira. Tal como acontece neste estudo.

Num estudo realizado por Kozina & Ponikvar (2015) numa análise de 259 estudantes de duas faculdades de áreas distintas, da área de economia e de educação na Eslovénia permitiu analisar o impacto do conhecimento de literacia financeira. Concluíram que os estudantes da área de economia optam por decisões mais ponderadas em áreas de investimento face aos da área de educação, encorajando o desenvolvimento de habilidades necessárias e transferência da aplicação de boas práticas na vida quotidiana. O estudo sugere que a participação em cursos económicos e financeiros aumenta a literacia financeira.

## 5. Conclusão

A relevância do estudo prende-se com o entendimento de questões financeiras sobre o crédito bancário, a evolução temporal confirma áreas que evidenciam necessidades de formação numa sociedade moderna e em constante evolução. A baixa literacia financeira tende para ter custos mais elevados e limitações nas escolhas financeiras. E isso tem reflexo para o desenvolvimento substancial da sociedade e da economia.

A literacia financeira não é absoluta, deve ser adequada aos mercados financeiros, o uso de informação esclarecida conduz a comportamentos responsáveis, acreditando-se que seja o caminho para diminuir a magnitude de crises futuras (OCDE, 2009, OCDE/INFE, 2012a).

Assim, o presente estudo analisou junto de um cluster específico, os estudantes do curso de Contabilidade e Finanças e o curso de Gestão da Distribuição e da Logística, a inclusão financeira, as fontes de informação consultadas e a avaliação de conhecimento de termos financeiros na vertente do crédito bancário, sob a forma de conhecimento percecionado e conhecimento real. O inquérito por questionário avaliou um conjunto de questões consideradas essenciais para a medição do conhecimento financeiro dos estudantes do ensino superior.

Os resultados mostram um acesso ao sistema financeiro, o nível de inclusão foi possível medir através da detenção de pelo menos uma conta depósito à ordem. Os comportamentos com o orçamento familiar são identificados como muito importante. Os estudantes demonstram baixa proatividade no que diz respeito ao contexto de termos do crédito financeiro. Por sua vez revelam mais confiança nas recomendações de instituições de crédito e conselhos de amigos nas suas opções de escolha.

Foi identificado dificuldade na compreensão de termos sobre crédito bancário, tratando-se de estudantes da área de gestão, um financeiro e outro não, relevando fragilidades em ambos os cursos.

Os resultados apresentam um nível baixo de conhecimento financeiro. A média é de 28,6% de respostas certas para o curso de Contabilidade e Finanças e de 11,2% para o curso de Gestão da Distribuição e Logística. Os temas onde tiveram mais dificuldade de compreensão foram a TAN (15,1%), a FINE (29%), TAE e TAEG (29,8%).

Apesar de ter sido identificado um nível baixo de conhecimento, o objetivo do estudo foi comprovado. Das cinco variáveis testadas, é na variável curso que se diferencia maior classificação. A variável “situação profissional” não permitiu afirmar que a experiência profissional explicaria resultados mais elevados. A variável “residência” também não, a eventualidade de poderem ter casa própria e crédito a habitação não teve influência, os resultados mais elevados são verificados nos estudantes que vivem em casa dos pais. A inclusão financeira através da variável “número produtos de crédito” e “tipo de crédito”, também não se verifica, quem não tem qualquer produto de crédito revelou ter

classificação mais elevada, e quem tem crédito à habitação revelou menos conhecimento do que quem possui cartão de crédito.

Deste modo, identificou-se diferenças entre os dois cursos analisados e conclui-se que o curso de Contabilidade e Finanças apresenta média mais alta comparando com os resultados do curso de Gestão da Distribuição e Logística.

Uma das limitações encontradas estará relacionada com a inexistência de uma medida padrão para avaliar o nível de literacia financeira.

Um foco em futuras investigações, seria interesse analisar outro curso da área de gestão e cruzar informação obtida. A comparação com estudantes do curso de Contabilidade e Finanças e do curso de Gestão da Distribuição e Logística, de outras escolas do ensino superior, permitindo uma extrapolação para os estudantes do ensino superior.

## Referencias Bibliográficas

Allianz (2017). *When will the penny drop? money, financial literacy and risk in the digital age. Allianz International pensions paper 1-2017*. Disponível em : 2 janeiro de 2018, em: <http://www.rededucacionfinanciera.es/wp-content/uploads/2017/02/Allianz-international-pensions-financial-literacy-2017-report.pdf>

Arrondel L., Debbich M., Savignac F. (2012). *Stockholding and financial literacy in the French Population. International Journal of Social Sciences and Humanity Studies. Vol 4, No 2, 2012*. Disponível em: 11 de janeiro de 2017, em: [http://www.sobiad.org/ejournals/journal\\_ijss/archieves/2012\\_2/luc\\_arrondel.pdf](http://www.sobiad.org/ejournals/journal_ijss/archieves/2012_2/luc_arrondel.pdf)

Ávila, P. (2005). *A literacia dos adultos: competências-chave na sociedade do conhecimento*. Disponível em : 15 de abril de 2018, em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/5771/1/A%20literacia%20dos%20adultos\\_Patr%C3%ADcia%20%C3%81vila.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/5771/1/A%20literacia%20dos%20adultos_Patr%C3%ADcia%20%C3%81vila.pdf)

Bacová, M., Conková, M., Bricová, Z. (2013). *Financial Literacy of students in Slovak Republic. The 7th International Days of Statistics and Economics, Prague*. Disponível em: 23 de dezembro de 2017, em: <https://www.euke.sk/sk/katedry/katedra-ekonomie/clenovia-katedry/>

Banco de Portugal (2011a). *Relatório do inquérito à literacia financeira da população portuguesa 2010*. Disponível em: 23 de dezembro de 2017, em: [www.clientebancario.bportugal.pt](http://www.clientebancario.bportugal.pt).

Banco de Portugal (2011b). *Relatório de supervisão comportamental 2010*. Disponível em: 15 de Setembro de 2018, em: <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/relat%C3%B3rio%20supervis%C3%A3o%20comportamental%202010.pdf>

Banco de Portugal (2016a). *INFE/OCDE divulga primeiros resultados de inquérito internacional à literacia financeira*. Comunicado online. Disponível em: 21 de maio de 2018, em: <https://www.bportugal.pt/comunicado/infeocde-divulga-primeiros-resultados-de-inquerito-internacional-literacia-financieira>

Banco de Portugal (2016b). *Boletim económico dezembro 2016*. Disponível em: 9 de setembro de 2017, em: [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be\\_dez2016\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez2016_p.pdf)

Banco de Portugal (2017). *Portal do cliente bancário. O que são e tipos de crédito*. Disponível em: 30 de julho de 2018, em: <https://clientebancario.bportugal.pt/pt-pt/o-que-sao-e-tipos-de-credito>

Banco de Portugal (2018). *Medida macroprudencial no âmbito do crédito concedido e consumidores*. Disponível em: 30 de junho de 2018, em:



<https://www.bportugal.pt/comunicado/banco-de-portugal-aplica-medida-macroprudencial-aos-novos-creditos-habitacao-e-ao-consumo>

Banco de Portugal, CMVM & ASF (2015). Plano Nacional de Formação Financeira 2011-2015, Linhas de Orientação. Disponível em : 28 de janeiro de 2017, em: <http://cliente bancario.bportugal.pt/pt-PT/Publicacoes/PNFF/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Plano%20Nacional%20de%20Forma%E7%E3o%20Financeira.pdf>

Banco de Portugal, CMVM & ASF (2016). Plano Nacional de Formação Financeira 2016-2020, Linhas de Orientação. Disponível em: 14 de março de 2018, em [http://cliente bancario.bportugal.pt/pt-PT/Publicacoes/PNFF/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Plano%20Nacional%20de%20Forma%a7%a3o%20Financeira%20\(2016-2020\).pdf](http://cliente bancario.bportugal.pt/pt-PT/Publicacoes/PNFF/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Plano%20Nacional%20de%20Forma%a7%a3o%20Financeira%20(2016-2020).pdf)

Bay C., Catasús B., Johed G., (2014). *Situating financial literacy*. Disponível em: 6 de novembro de 2018, em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1045235412001281?via%3Dihub>

Bispo, R. & Marôco, J. (2005). *Estatística Aplicada às Ciências Sociais e Humanas* (2ª Edição). Edição: Climepsi Editores.

Blue L., Grootenboer P.& Brimble M., (2014). *Financial literacy education in the curriculum: Making the grade or missing the mark? International Review of Economics Education v.16, p 51-62*. Disponível em: 11 de dezembro de 2017, em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1477388014000176>

Brown M., Graft, R., (2013). *Financial Literacy and Retirement Planning in Switzerland. Numeracy: Vol. 6 : Iss. 2 , Article 6*. Disponível em: 25 de janeiro de 2017, em <http://scholarcommons.usf.edu/numeracy/vol6/iss2/art6/>

Bucher-Koenen, T., Ziegelmeyer M., (2011). *Who lost the most? Financial Literacy, cognitive abilities and the financial crisis. Workingpaper series 1299*. Disponível em: 15 de janeiro de 2018, em: <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpwps/ecbwp1299.pdf?ce13373f9d7d8fc4eb2ffe7e04582b9>

Cameron, M., Calderwood, R., Cox, A., Lim, S., Yamaoka, M., (2014). *Factors associated with financial literacy among high school students in New Zealand. International Review of Economics Education, 12-21*. Disponível em: 15 de setembro de 2017, em: <http://daneshyari.com/article/preview/357536.pdf>

Carlin, B. I., Robinson, D.T., (2012). *What does financial literacy training teach us*, *Journal of Economic Education* 43 (3): 235–47. Disponível em: 25 de maio de 2017, em: <https://www.nber.org/papers/w16271.pdf>

Chen, H., Volpe, R., (1998). *An analysis of personal financial literacy among college students*, *Financial Services Review*, 7(2), 107-128. Disponível em: 25 de maio de 2017, em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1057081099800067>

CMVM (2010). Estudo nº1/2010–Produtos financeiros complexos: Metodologia para a sua avaliação. Disponível em : 25 de Maio de 2017, em: <http://www.cmvm.pt/pt/EstatisticasEstudosEPublicacoes/Estudos/EmArquivo/Documents/EstudoCMVM12010.pdf>

CMVM (2016). Política da CMVM em matéria de Produtos Financeiros. Disponível em: 5 de outubro de 2016, em : <http://www.cmvm.pt/pt/SDI/ProdutosFinanceirosComplexos/Pages/Pol%C3%ADtica-da-CMVM-em-Mat%C3%A9ria-de-Produtos-Financeiros-Complexos.aspx>

Costa S., Farinha L., (2012). O endividamento das famílias: Uma análise microeconómica com base nos resultados do inquérito à situação financeira das famílias, Banco de Portugal, Relatório de estabilidade financeira. Disponível em: 5 de outubro de 2016, em: [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/ar201201\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/ar201201_p.pdf)

Creswell, J.W., (2009). *Research Design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Thousand Oaks: Sage.

Cull, M., Whitton, D., (2011). *University students financial literacy levels: Obstacles and aids*. *The Economic and Labour Relations Review*, 22(1), 99-114. Disponível em: 20 de setembro de 2017, em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/103530461102200106>

Davies, P., (2015). *Towards a framework for financial literacy in the context of democracy*. In: *Journal of Curriculum Studies* 47, 2, pp. 300-316. Disponível em: 8 de janeiro de 2017, em: [https://www.researchgate.net/publication/271744113\\_Towards\\_a\\_framework\\_for\\_financial\\_literacy\\_in\\_the\\_context\\_of\\_democracy](https://www.researchgate.net/publication/271744113_Towards_a_framework_for_financial_literacy_in_the_context_of_democracy)

EBF (2014). *Retail banking starts with consumer needs*. Disponível em: 05 de fevereiro de 2017, em: <http://enews.ebf-fbe.eu/2014/12/retail-banking-starts-with-consumer-needs/>

EBF (2017). *European platform for financial education launched*. Disponível em: 08 de agosto de 2017, em: <https://www.ebf.eu/european-platform-for-financial-education-launched/>

Erner, C., Goedde-Menke, M., Oberste, M., (2016). *Financial literacy of high school students: evidence from Germany*, *The Journal of Economics Education*, 47:2, p. 95-96. Disponível em: 20 de

janeiro de 2018, em:  
[http://econpapers.repec.org/article/tafjedu/v\\_3a47\\_3ay\\_3a2016\\_3ai\\_3a2\\_3ap\\_3a95-105.htm](http://econpapers.repec.org/article/tafjedu/v_3a47_3ay_3a2016_3ai_3a2_3ap_3a95-105.htm)

Fonseca, R., Mullen, K. J., Zamarro, G., Zissimopoulos, J., (2012). *What Explains the Gender Gap in Financial Literacy? The Role of Household Decision Making*. *Journal of Consumer Affairs*, 46(1), 90-106. Disponível em: 1 de março de 2017, em:  
<https://doi.org/10.1080/08946566.2015.1093990>

Gathergood, J., (2011). *Self-control, financial literacy and consumer over-indebtedness*. *Journal of Economic Psychology*.33 (2012) 590–602. Disponível em: 10 de janeiro de 2017, em:  
<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167487011001735?via%3Dihub>

Geddes S., Steen T., (2016). *The argument for teaching financial literacy at higher-Education Institutions*. *Michigan Academician* Vol. 43, No. 3, pp. 349-365. Disponível em: 3 de dezembro de 2017, em: <https://doi.org/10.7245/0026-2005-43.3.349>

Huot, R. (2002). *Métodos quantitativos para as ciências humanas*. Instituto Piaget ISBN: 9789727715466.

Huston, S. (2010). *Measuring financial literacy*. *The Journal of consumer affairs*, 44(2), 296-316. Disponível em: 15 de novembro de 2018, em:  
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>

INFE (2012). *High-level Principles for the Evaluation of Financial Education Programmes*. Disponível em: 30 de novembro de 2016, em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/49373959.pdf>

Jorgensen B., Savla J., (2010). *Financial Literacy of Young Adults: The importance of parental Socialization*. *Family Relations: Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 59(4), 465- 478. Disponível em: 14 de abril de 2017, em: <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2010.00616.x>

Kahneman, D., Tversky, A., (1979). *Prospect theory: An analysis of decision under risk*. *Econometrica*, 47 (2), 263-291. Disponível em: 23 de outubro de 2017, em:  
<http://www.its.caltech.edu/~camerer/Ec101/ProspectTheory.pdf>

Kozina, F., Ponikvar N., (2015). *International journal of Management, Knowledge and Learning*, v.4, issue 2, p241-255. Disponível em: 5 de setembro de 2017, em:  
[http://issbs.si/press/ISSN/2232-5697/4\\_241-255.pdf](http://issbs.si/press/ISSN/2232-5697/4_241-255.pdf)

Kozup, J., Hogarth J., (2008). *Financial Literacy, Public Policy, and Consumers Self-Protection—More Questions, Fewer Answers*. *The Journal of Consumer Affairs*, 42 :127–136. Disponível em: 30 de janeiro de 2018, em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1745-6606.2008.00101.x>

Lusardi, A., Klapper, L. (2015). *Financial Literacy Around the World: Insights from the S&P Global FinLit Survey*. Disponível em: 15 de janeiro de 2017, em: <http://gflec.org//wp-content/uploads/2015/11/ALPrez.pdf>

Lusardi, A., Mitchell, O.S., (2007). *Financial Literacy and Retirement Preparedness: Evidence and Implications for Financial Education Programs, Business Economics*, p. 43. Disponível em: 22 de outubro de 2016, em: [http://www.dartmouth.edu/~alusardi/Papers/Financial\\_Literacy.pdf](http://www.dartmouth.edu/~alusardi/Papers/Financial_Literacy.pdf)

Lusardi, A., Mitchell, O.S., (2009). *How ordinary consumers make complex economic decisions: Financial Literacy and Retirement Readiness, National Bureau of Economics Research. WorkingPaper 15350*. Disponível em: 21 de janeiro de 2017, em: <http://www.nber.org/papers/w15350>

Lusardi, A., Mitchell, O.S. (2011). *Financial literacy around the world: An Overview. Journal of Pension Economics and Finance*, 10(04), 497- 508. Disponível em: 17 de junho de 2017, em: <https://www.nber.org/papers/w17107.pdf>

Lusardi, A., Mitchell, O. S. (2014). *The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence. Journal of Economic Literature American Economic Association*, 52(1), 5-44. Disponível em: 15 de janeiro de 2017, em: <https://www.umass.edu/preferen/You%20Must%20Read%20This/Financial%20Literacy%20JEP%202014.pdf>

Lusardi, A., Mitchell, O.S., Curto V., (2010). *Financial Literacy among the Young. Journal of Consumer Affairs* 44 (2):358-380. Disponível em: 21 de janeiro de 2017, em: <https://www.nber.org/papers/w15352>

Malhotra, N. (2012). *Pesquisa de Marketing (6ª Edição)*. Porto Alegre: Bookman.

Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics (7ª Edição)*. Edição: ReportNumber.

McCarthy, Y., (2011). *Behavioural Characteristics and Financial Distress. Working Paper 1303*. Disponível em: 27 de janeiro de 2017, em: <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpwps/ecbwp1303.pdf?4ca9f70deb4b072c54015aa30aac835b>

Nunes, S. (2016). *Métodos quantitativos para análise estatística de dados*. Seminário.

OCDE (2005). *Recommendation of the Council on Principles and Good Practices on Financial Education and Awareness*. Disponível em: 21 de maio de 2017, em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>

OCDE (2008a). *Recommendation of the Council on Good Practices for Financial Education relating to Private Pensions*. Disponível em: 21 de maio de 2017, em: <https://www.oecd.org/finance/private-pensions/40537843.pdf>

OCDE (2008b). *Recommendation of the Council on Good Practices for Enhanced Risk Awareness and Education on Insurance Issues*. Disponível em: 21 de maio de 2017, em: <http://www.oecd.org/pensions/insurance/40537762.pdf>

OCDE (2009). *Recommendation of the Council on Good Practices on Financial Education and Awareness relating to Credit*. Disponível em: 3 de março de 2017, em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/46193051.pdf>

OCDE (2010). *La littératie à l'ère de l'information RAPPORT FINAL DE L'ENQUÊTE INTERNATIONALE SUR LA LITTÉRATIE DES ADULTES*. Disponível em: 30 de novembro de 2016, em: <http://www.oecd.org/fr/edu/innovation-education/39438013.pdf>

OCDE (2013). *Advancing National Strategies for Financial Education. Joint Publication by Russia's G20 Presidency and the OECD*. Disponível em: 30 de novembro de 2016, em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/advancing-national-strategies-for-financial-education.htm>

OCDE (2014). *PISA 2012 Results: Students and Money: Financial Literacy Skills for the 21st Century, vol.6*. Disponível em: 18 de setembro de 2017, em: <http://www.oecd.org/pisa/keyfindings/pisa-2012-results-volume-vi.htm>

OCDE/INFE (2012a). *Guidelines for Financial Education in Schools*. Disponível em: 30 de novembro de 2016, em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/financialeducationinschools.htm>

OCDE/INFE (2012b). *High-level Principles on National Strategy for Financial Education*. Disponível em: 30 de novembro de 2016, em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD-INFE-Principles-National-Strategies-Financial-Education.pdf>

OCDE/INFE (2016). *International survey of adult financial literacy competencies*. Disponível em: 02 de fevereiro de 2017, em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD-INFE-International-Survey-of-Adult-Financial-Literacy-Competencies.pdf>

Pestana, M., Gageiro, J. (2000). *Análise de dados para Ciências Sociais, a complementaridade do SPSS*. Edições Sílabo.

Pordata (2017a). *Retrato de Portugal na Europa* Pordata. Disponível em: 10 de outubro de 2017, em: <http://www.pordata.pt/Europa/Retratos/2017/Retrato+de+Portugal+na+Europa-50>

Portada (2017b). Glossário. Disponível em: 10 de outubro de 2017, em: <https://www.pordata.pt/Glossario>

Power, M., Hobbs, J., Ober, A., (2011). *An Empirical Analysis of the Effect of Financial Education on Graduating Business Student's Perceptions of their Retirement Planning Familiarity, Motivation, and Preparedness*. *Risk Management and Insurance Review*, 14(1), 89- 105. Disponível em: 15 de abril de 2018, em: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6296.2011.01194.x>

Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (4ª Edição). Lisboa: Gradiva.

Reis, E. (2008). *Estatística descritiva*. Edições Sílabo.

Remund, D. L., (2010). *Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy*. *Journal of Consumer Affairs*, vol.44(2), 276–295. Disponível em: 15 de junho de 2018, em: <https://www.econbiz.de/Record/financial-literacy-explicated-the-case-for-a-clearer-definition-in-an-increasingly-complex-economy-remund-david/10003983865>

Roquette, I., Laureano, R., Botelho, M., (2014). *Financial knowledge of credit among college students*. Disponível em: 15 de abril de 2018, em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/tms/v10nEspecial/v10a16.pdf>

Shambare R., Rugimbana R., (2012). *Financial literacy among the educated: An exploratory study of selected university students in South Africa*. *Thunderbird International Business review*, v.54 issue 4. Disponível em: 11 de janeiro de 2017, em: <http://onlinelibrary.wiley.com/wol1/doi/10.1002/tie.21485/abstract>

Sherraden, M., (2010). *Financial Capability: What is It, and How Can It Be Created?* Disponível em: 21 de janeiro de 2017, em: <https://csd.wustl.edu/Publications/Documents/WP10-17.pdf>

Smyczek, M., Matysiewicz, J., (2015). *Consumers's financial literacy as tool for preventing future economic crisis*. *Review of business*, v.36,p.19-35. Disponível em: 17 de abril de 2017, em: <https://www.thefreelibrary.com/Consumers%27+financial+literacy+as+tool+for+preventing+future+economic...-a0433590824>

Sohn, S.H., Joo, S.-H., Grable, J. E., Lee, S., Kim, M., (2012). *Adolescents' Financial Literacy: The Role of Financial Socialization Agents, Financial Experiences, and Money Attitudes in Shaping Financial Literacy Among South Korean Youth*. *Journal of Adolescence*, 35(4), 969-980. disponível em: 25 de fevereiro de 2017, em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140197112000073?via%3Dihub>

Sousa, M.J. & Baptista, C.S. (2011). Como fazer: Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios-Segundo Bolonha (5ª Edição). Lisboa: Edições Lidel.

Suwanaphan, S., (2013). *Personal financial literacy of academic support-employee in Chiang Mai University. Proceedings from management-knowledge and learning International Conference 2013, Zadar Croácia*. Disponível em: 05 de maio de 2017, em: <https://econpapers.repec.org/bookchap/tkpmklp13/1061-1065.htm>

The Worldbank (2013). *Report “Global survey on consumer protection and financial literacy: oversight frameworks and practices in 114 economies. WorldbankWorkingpaper 88773*. Disponível em: 21 de maio de 2017, em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/775401468171251449/pdf/887730WP0v20P10port0CPFL0Box385258B.pdf>

The WorldBank (2017). *Responsible Finance, Financial Capability and consumer protection. Publications*. Disponível em: 03 de março de 2017, em: <http://responsiblefinance.worldbank.org/publications>

Valant, J., (2015). *Improving the financial literacy of European consumers*. Disponível em: 15 de janeiro de 2017, em: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2015/557020/EPRS\\_BRI\(2015\)557020\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2015/557020/EPRS_BRI(2015)557020_EN.pdf)

Weisstein, E. W.(1962). *Percentile, from MathWorld*. Disponível em: 15 de outubro de 2018, em: <http://mathworld.wolfram.com/Percentile.html>

Wuttke, E., Seigfried, J., Schumann, (2016). *Economic Competence and Financial Literacy of Young Adults Status and Challenges. Barbara Budrich Publishers*. Disponível em: 20 de setembro de 2017, em: <http://dx.doi.org/10.3224/978384740602>

Xu, L. & Zia, B., (2012). *Financial Literacy around the World: An Overview of the Evidence with Practical Suggestions for the Way Forward, Policy Research Working Paper 6107*. Disponível em: 10 de abril de 2018, em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/9322>

## Apêndices





Grupo

### B –Planeamento do orçamento familiar e inclusão financeira <sup>2</sup>

B1	Considera importante fazer um planeamento do seu orçamento familiar?	<input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Nada importante
B2	Conhece o Portal do Cliente Bancário?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
B3	Sabe o que são os Serviços mínimos bancários (conta)?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
B4	Sabe o que é a FINE Ficha de Informação Normalizada Europeia?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
B5	É titular de uma (1) ou mais contas de depósitos à ordem?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
B6	É detentor de produtos de crédito, qual o(s) número(s) de produto(s) ?	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 a 4 <input type="checkbox"/> mais de 5

Grupo

### C –Tipos de crédito detidos e fontes de informação <sup>3</sup>

C1	Que tipos de crédito detêm?	<input type="checkbox"/> Cartão de crédito <input type="checkbox"/> Crédito estudantes <input type="checkbox"/> Crédito pessoal <input type="checkbox"/> Crédito automóvel <input type="checkbox"/> Crédito à habitação <input type="checkbox"/> Descoberto bancário negociado <input type="checkbox"/> Leasing , renting , ALD (aluguer de longa duração) <input type="checkbox"/> Outro
C2	Que fontes de informação considera importantes e que influenciam a sua escolha?	<input type="checkbox"/> Conselho de amigos/familiares <input type="checkbox"/> Informação de entidades especializadas <input type="checkbox"/> Publicidade <input type="checkbox"/> Conselho da instituição financeira onde já detêm produtos ou serviços

<sup>2</sup> Adaptado de Banco de Portugal (2015); PISA (2012); Elaboração própria

<sup>3</sup> Adaptado de Banco de Portugal (2015); PISA (2012); Elaboração própria

D – Compreensão financeira <sup>4</sup>

D1 - Refira o seu nível de compreensão nas seguintes questões (colocando uma cruz)

	Muito baixo	Baixo	Médio	Elevado	Muito elevado	Não sei / Não respondo
TAE e TAEG						
Euribor						
Spread						
Taxa de esforço						
Taxa juro fixa e variável						
Comparação de empréstimos						
Descoberto bancário						
Regime de juro simples e composto						
FINE - Ficha de Informação Normalizada Europeia (que substitui a FIN)						

Verifique se as seguintes perguntas são verdadeiras ou falsas

		Verdadeiro	Falso	Não sei / Não respondo
D2	A TAEG (taxa anual efetiva geral), é bom indicador para comparar o custo efetivo de um empréstimo entre instituições de crédito. Além de incluir os mesmos pressupostos da TAE, engloba também os custos dos seguros do crédito			
D3	A diferença entre a TAE e TAEG é que a primeira inclui o valor dos seguros			
D4	A Euribor é uma taxa que resulta de empréstimos realizados entre um conjunto de bancos europeus			
D5	Quando comparo propostas de diferentes instituições financeiras de crédito, os critérios, tais como o montante solicitado e prazo de pagamento devem ser diferentes			
D6	Imagine que simulou um empréstimo de crédito à habitação em 2 ou 3 bancos diferentes, com iguais requisitos. A Ficha de Informação Normalizada Europeia (FINE) fornecida por estes, facilita-lhe a tomada de decisão informada, pois permite comparar o que lhe estão a "oferecer" (Exemplo TAN, TAEG, MTIC entre outros)			
D7	O spread é a taxa de lucro implícita cobrada pelo banco, na concessão de um empréstimo			
D8	A taxa de juro variável tem duas componentes : o indexante e o spread			
D9	Quanto mais longo é o prazo do financiamento, mais barato fica o crédito ao consumidor			
D10	Um descoberto bancário ocorre, por exemplo quando passo um cheque de 1.000€ e tenho na conta bancária 900€ disponíveis			
D11	No crédito à habitação com taxa de juro variável, a taxa de juro do empréstimo resulta apenas de uma componente, do spread			
D12	A taxa de esforço é um indicador que traduz o peso das prestações de crédito no rendimento disponível do agregado familiar, evitando o sobre-endividamento			
D13	A diferença entre juro simples e composto, é que no primeiro, o juro devido em cada período é adicionado ao capital inicial, constituindo um novo capital (maior que o inicial), o qual vai ser também ele remunerado			

<sup>4</sup> Adaptado de Banco de Portugal (2013); PISA (2012); Roquette et al. (2014); Elaboração própria

Colocar uma cruz, na escolha que considera adequada ou certa

D14	Na sua opinião, como avalia os seus conhecimentos financeiros comparativamente à média da população portuguesa?	<input type="checkbox"/> Superior à média <input type="checkbox"/> Igual à média <input type="checkbox"/> Inferior à média <input type="checkbox"/> Não sei / não respondo
D15	Imagine que ganhou um prémio no valor de 1000€, mas só vai recebê-los daqui a um (1) ano e nesse ano a taxa de inflação é de 2%.  Daqui a um (1) ano vai poder comprar...	<input type="checkbox"/> Mais do que compraria hoje <input type="checkbox"/> O mesmo que compraria hoje <input type="checkbox"/> Menos do que compraria hoje <input type="checkbox"/> Não sei / não respondo
D16	Suponha que coloca 1000€ num depósito a prazo, com uma taxa de juro anual de 2%. Qual será o valor do seu juro ao fim de 2 anos (sem considerar comissões e impostos), tendo optado pelo regime de juro simples	<input type="checkbox"/> 20 euros <input type="checkbox"/> 40 euros <input type="checkbox"/> 1040 euros <input type="checkbox"/> Não sei/ não respondo

Imagine que precisava de um empréstimo para fazer face a uma certa despesa. Efetuou duas simulações de financiamento em dois sites de instituições financeiras, em que lhe informam certos indicadores para a sua escolha, veja quadro seguinte:

Simulação A	Simulação B								
<p>De quanto preciso? <b>5.000€</b></p> <p>—  +</p> <p>Quanto quero pagar por mês? <b>200,00€</b></p> <p>Prazo <b>84 meses</b></p> <p>—  +</p> <p>Prestação <b>89,43€</b></p> <table border="1"> <tr> <td>TAN</td> <td>1ª Prestação</td> <td>MTIC</td> <td>TAEF</td> </tr> <tr> <td>8,74%</td> <td>184,31€</td> <td>7.587,20€</td> <td>10,5%</td> </tr> </table> <p>● Seguro de Crédito (Facultativo)</p>	TAN	1ª Prestação	MTIC	TAEF	8,74%	184,31€	7.587,20€	10,5%	<p>PASSO 2. ESCOLHA O MONTANTE <b>€5 000</b></p> <p></p> <p>PASSO 3. ESCOLHA A MENSALIDADE <b>€83,27</b></p> <p></p> <p>OU A DURAÇÃO <b>84 MESES</b></p> <p></p> <p><b>TAEG 8,9%   TAN 7,20%   MTIC<sup>2</sup> €6 641,28</b></p>
TAN	1ª Prestação	MTIC	TAEF						
8,74%	184,31€	7.587,20€	10,5%						

Verifique se as seguintes perguntas são verdadeiras ou falsas

		Verdadeiro	Falso	Não sei/NR
D17	TAN (taxa anual nominal), nas operações de financiamento, reflete a taxa de juros incluindo todos os encargos do empréstimo. Este indicador é muito importante para comparar empréstimos.			
D18	A sigla MTIC representa o valor total do empréstimo que o consumidor deve pagar ao banco			
D19	A TAEF é a medida do custo total do crédito e deve ser usada para comparar propostas com o mesmo prazo e modalidade de reembolso.			

Obrigado pela colaboração

4/4

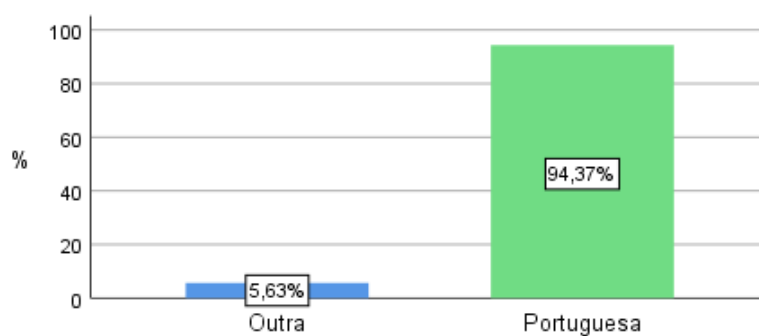
## Apêndice 2 - Glossário de termos relacionados com o crédito

Glossário	Descrição	Fonte
Portal cliente bancário	O Portal do Cliente Bancário é um canal de comunicação do BdP com os clientes bancários. O objetivo é o reforço de competências de supervisão comportamental do BdP com a revisão do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 1/2008, de 3 de Janeiro.	BdP (2017)
Serviços mínimos bancários	São um conjunto de serviços bancários essenciais, dirigidos ao cidadão, a custo reduzido. Preveem a disponibilização de conta bancária de depósitos à ordem, incluindo: - cartão débito, transferências interbancárias nacionais, e internacionais a partir de 2018. As instituições de crédito não podem cobrar comissões, despesas ou outros encargos que, anualmente e no seu conjunto, representem um valor superior a 1% do salário mínimo nacional, ou seja, 5,57 euros de acordo com o salário mínimo em 2017	DL n.º 107/2017, 30-08-2017 DR, 1.ª Série, n.º 167 e Bdp(2017)
Cartão de crédito	Cartão que indica que foi concedida uma linha de crédito ao seu titular, permitindo-lhe efetuar compras e/ou levantar dinheiro ("cash-advance") até um limite acordado previamente; o crédito concedido pode ser liquidado na sua totalidade no final de um período específico ou pode ser liquidado parcialmente, sendo o saldo considerado como uma extensão do crédito. São cobrados juros sobre o montante de qualquer extensão do crédito e, por vezes, é cobrada uma comissão anual ao respetivo titular.	Bdp (2017)
Descobertos bancários	Saldos devedores dos depósitos à ordem.	Bdp (2017)
Saldo disponível	É o valor na conta de depósito à ordem que o seu titular pode utilizar, sem ficar sujeito ao pagamento de juros ou quaisquer outros encargos, por essa utilização.	Bdp (2017)
Taxa de esforço	Proporção do rendimento de um agregado familiar afeto ao pagamento de um empréstimo. Medição da capacidade do agregado, em cumprir as responsabilidades assumidas com um empréstimo.	Bdp (2017)
Empréstimo	Contrato pelo qual se regula o acordo estabelecido entre mutuante (banco) e o mutuário (cliente) relativo a um financiamento, e onde se especificam todas as condições, montante, prazo, taxas de juro entre outros.	Bdp (2017)
Juro	Representa o preço do dinheiro, correspondendo à remuneração ou ao lucro produzido pelo capital emprestado durante determinado período de tempo.	Bdp (2017)
Taxa de juro	Prémio (remuneração) expresso em percentagem que a entidade que concede um determinado financiamento recebe da entidade de contraiu esse empréstimo, como forma de pagamento do serviço prestado e do custo de oportunidade do capital	Bdp (2017)
Taxa fixa	Taxa de juro que se mantém inalterada durante o prazo previsto no contrato e que pode coincidir com a vida do contrato de empréstimo.	Bdp (2017)
Taxa variável	Taxa de juro que sofre variações, subidas e descidas, em função das condições dos mercados financeiros.	Bdp (2017)
Taxa indexada	Taxa de juro normalmente utilizada em contratos de Crédito Habitação, revista automaticamente em função da evolução da taxa de referência de mercado (indexante) a que está associada (por exemplo: a Euribor). Pretende-se ajustar o preço do dinheiro às condições do mercado financeiro em cada momento.	Bdp (2017)
TAE (Taxa anual efetiva)	Representa o custo anual de um empréstimo em função do montante em dívida ou a remuneração de um depósito, consoante o caso. A taxa inclui encargos tais como juros, despesas de processo e comissões. É um bom indicador para comparar o custo efetivo do crédito à habitação, entre várias instituições de crédito, desde que requisitos idênticos, tais como prazo e montante. De referir, que a TAE não reflete os encargos com seguros e outros produtos associados ao crédito à habitação.	
	Taxa Anual Efetiva é a taxa que mede todos os custos associados a um determinado empréstimo, incluindo os juros e outros encargos que lhes estejam associados.	BdP (2017)
TAEG (Taxa anual efetiva Geral)	Para além dos pressupostos da TAE, engloba os custos do seguro do crédito. Num empréstimo pessoal, automóvel ou ao consumo com outra finalidade, deverá ser esta a taxa a analisar para comparar custos entre instituições. Bom indicador para comparar o custo efetivo de um crédito.	
	Taxa Anual de Encargos Efetiva Global é o custo total do crédito para o consumidor expresso em percentagem anual do montante do crédito concedido. Distingue-se da TAE por incluir também os impostos associados a um empréstimo e por se referir apenas ao crédito ao consumo.	BdP (2017)
Spread	Taxa de lucro implícita cobrada pelos bancos na concessão de um empréstimo. A taxa de juro final do empréstimo resulta da soma do spread, taxa cobrada pelo banco e do indexante, na maioria dos créditos são indexados à taxa Euribor a 6 meses.	Economias
	Diferença entre os preços de oferta de venda e de compra de um determinado ativo ou instrumento. Termo também utilizado para referir o acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante, que os bancos exigem quando concedem um financiamento com taxa variável.	Bdp (2017)
Euribor	Euro Interbank Offered Rate. A taxa Euribor baseia-se na média das taxas de juros praticadas em empréstimos interbancários em euros por cerca 25/40 bancos proeminentes europeus. Determinada pelo volume de oferta e procura e influenciada por fatores externos, tais como o crescimento económico e o nível de inflação,	Euribo-rates.eu
Juro Simples	Juros calculados somente com base no capital inicial.	Bdp (2017)
Juro composto	Adição dos juros vencidos ao capital inicial, gerando maiores juros no futuro.	Bdp (2017)
Regime juro simples	O juro simples corresponde ao juro obtido pela aplicação de um montante de capital num depósito durante um determinado período de tempo. Basta multiplicar o capital pela taxa de juro em vigor nesse mesmo período. O juro simples cresce proporcionalmente com o tempo,	Plano nacional formação financeira - "Todos contam"
Regime juro composto	Juro devido em cada período que é adicionado ao capital inicial, constituindo um novo capital. Num depósito com juro composto são obtidos juros sobre juros e um capital crescente ao longo do tempo.	Plano nacional formação financeira - "Todos contam"
Capitalização	Capitalização significa incorporação do juro simples no capital, obtendo-se um novo capital, maior que o inicial) o qual vai ser também ele remunerado.	Plano nacional formação financeira - "Todos contam"

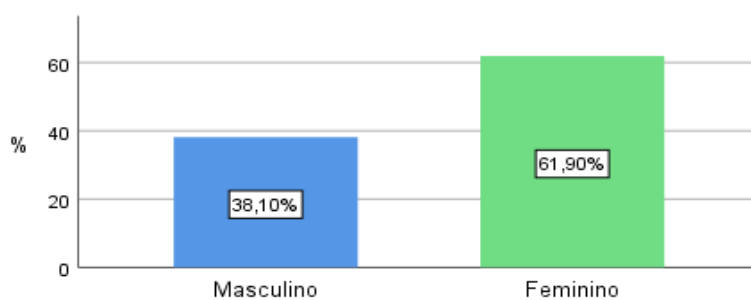
Elaboração: Fonte própria

## Apêndice 3 - Gráficos

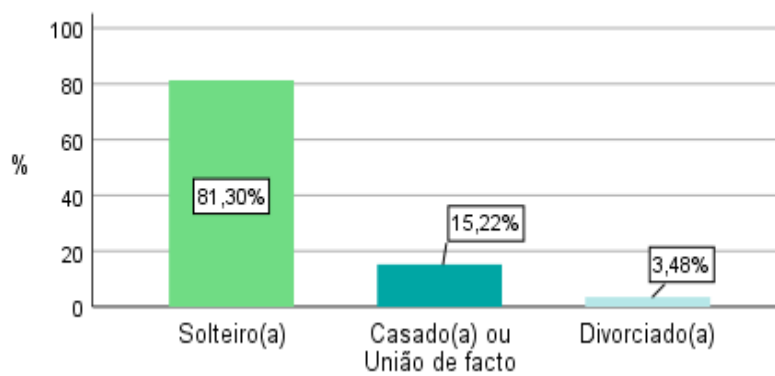
### 3.1. Nacionalidade dos estudantes



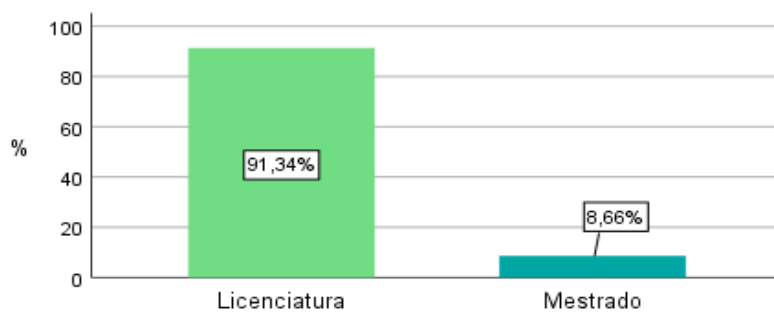
### 3.2. Género



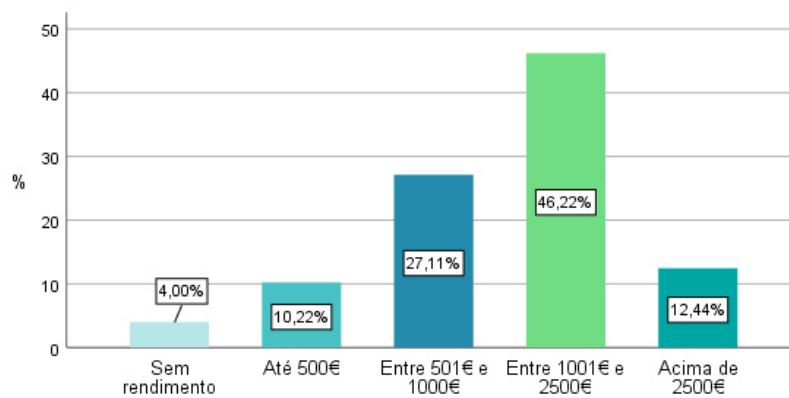
### 3.3. Estado civil



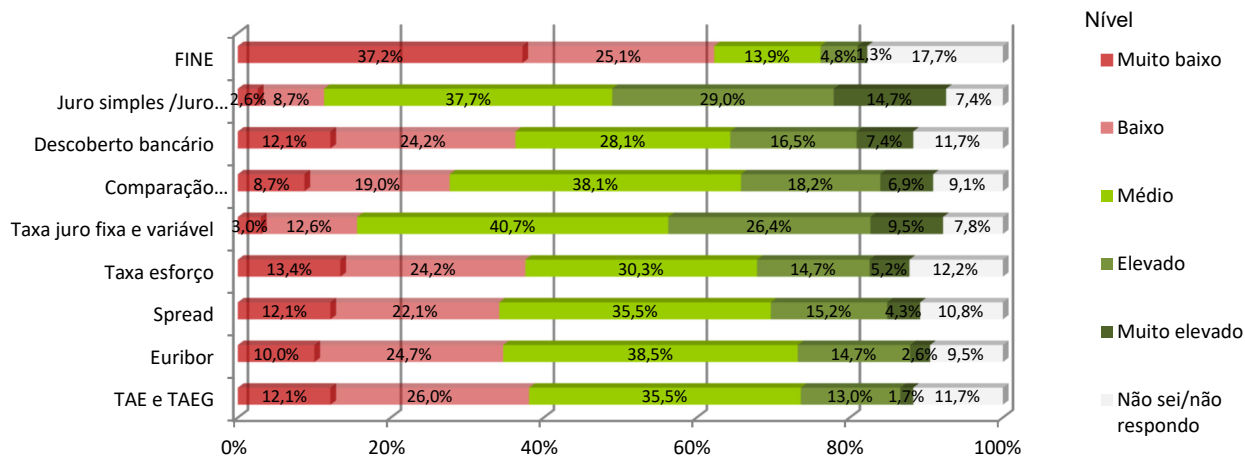
### 3.4. Grau académico



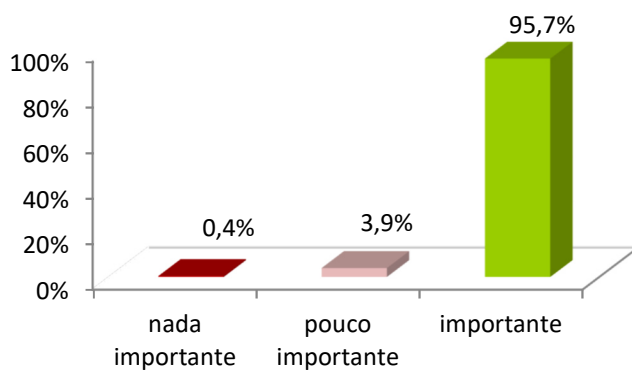
### 3.5. Intervalo rendimento bruto mensal da família



### 3.6. Conhecimento percebido da amostra sobre compreensão financeira



### 3.7. Importância do orçamento familiar





## Apêndice 4 - Tabelas

### 4.1. Relação entre situação ocupacional e nível conhecimento real

% respostas corretas		TAEG	TAE e TAEG	Euribor	Comparação empréstimos	FINE	Spread	Taxa juro variável	Empréstimos prazos	Descoberto bancário	Taxa juro variável	Taxa de esforço	Juro simples e composto	Média
Situação ocupacional	Estudante (só)	20,3%	12,1%	19,9%	25,1%	13,9%	21,6%	14,7%	19,0%	16,9%	13,9%	12,6%	17,3%	17,3%
	Estudante e trabalhador(a) a tempo inteiro	16,9%	13,9%	19,0%	22,5%	10,8%	22,9%	18,2%	22,9%	22,5%	17,7%	23,8%	15,2%	18,9%
	Estudante e trabalhador(a) a tempo parcial	6,1%	3,5%	4,8%	7,4%	3,0%	5,2%	3,0%	6,5%	5,2%	3,9%	6,5%	2,6%	4,8%
	Estudante e desempregado	0,9%	0,4%	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%	0,9%	0,9%	1,3%	1,3%	1,3%	0,4%	1,1%

### 4.2. Relação entre residência e nível conhecimento real

% respostas corretas		TAEG	TAE e TAEG	Euribor	Comparação empréstimos	FINE	Spread	Taxa juro variável	Empréstimos prazos	Descoberto bancário	Taxa juro variável	Taxa de esforço	Juro simples e composto	Média
Onde habita	Casa dos pais	24,2%	13,9%	22,9%	29,0%	13,0%	23,8%	16,0%	22,9%	20,8%	4,8%	18,2%	18,6%	19,0%
	Habitação própria	13,4%	11,7%	16,0%	18,2%	11,3%	19,9%	16,5%	18,2%	17,3%	3,5%	20,8%	12,1%	14,9%
	Casa alugada	5,2%	3,9%	5,6%	6,5%	4,3%	6,5%	4,3%	6,1%	6,9%	1,7%	4,8%	3,5%	4,9%
	Residência Universitária	1,3%	0,4%	0,4%	2,6%	0,4%	0,9%	0,0%	2,2%	0,9%	0,4%	0,4%	1,3%	0,9%

### 4.3. Relação entre número de produtos crédito detidos e nível conhecimento real

% respostas corretas		TAEG	TAE e TAEG	Euribor	Comparação empréstimos	FINE	Spread	Taxa juro variável	Empréstimos prazos	Descoberto bancário	Taxa juro variável	Taxa de esforço	Juro simples e composto	Média
Número produtos de crédito detidos	0	27,2%	17,5%	25,0%	33,3%	17,1%	28,1%	19,7%	24,6%	22,4%	18,4%	21,9%	19,7%	22,9%
	1	8,3%	6,1%	11,4%	11,0%	5,3%	13,2%	9,2%	13,2%	12,3%	9,6%	11,4%	6,6%	9,8%
	2 a 4	8,3%	6,6%	8,3%	11,4%	6,1%	9,2%	7,5%	11,4%	11,4%	8,3%	10,5%	8,3%	8,9%
	mais de 5	0,0%	0,0%	0,4%	0,9%	0,4%	0,9%	0,4%	0,9%	0,4%	0,4%	0,4%	0,9%	0,5%

#### 4.4. Relação entre tipos produtos de crédito detidos e conhecimento real

% respostas corretas		TAEG	TAE e TAEG	Euribor	Comparação empréstimos	FINE	Spread	Taxa juro variável	Empréstimos prazos	Descoberto bancário	Taxa juro variável	Taxa de esforço	Juro simples e composto	Média
Tipos de produtos de crédito detidos	Cartão de crédito	20,4%	14,3%	24,2%	24,7%	13,9%	25,5%	18,2%	27,3%	24,2%	18,6%	21,7%	17,8%	20,9%
	Crédito estudantes	0,4%	0,0%	1,7%	0,9%	0,9%	1,7%	2,2%	1,3%	1,7%	2,2%	1,7%	1,3%	1,3%
	Crédito pessoal	4,8%	3,0%	5,2%	7,4%	4,3%	5,6%	4,3%	7,4%	6,1%	4,8%	6,1%	5,2%	5,3%
	Crédito automóvel	5,6%	3,5%	6,9%	8,7%	5,2%	8,2%	5,2%	9,5%	7,4%	6,9%	6,9%	6,1%	6,7%
	Crédito à habitação	8,2%	7,4%	10,4%	13,0%	5,2%	13,0%	10,8%	13,0%	13,9%	10,8%	13,4%	7,8%	10,6%
	Descoberto bancário negociado	0,9%	0,9%	1,7%	2,2%	1,3%	2,6%	1,7%	2,2%	2,2%	2,6%	1,3%	1,7%	1,8%
	Leasing, renting ALD	0,9%	0,9%	0,9%	0,4%	0,0%	0,4%	0,4%	0,9%	0,4%	0,0%	0,9%	0,4%	0,5%
	Outro	3,0%	1,3%	2,6%	2,2%	1,7%	2,6%	1,3%	3,0%	1,3%	1,7%	1,7%	2,6%	2,1%

#### 4.5. Relação entre curso e conhecimento real

% respostas corretas		TAEG	TAE e TAEG	Euribor	Comparação empréstimos	FINE	Spread	Taxa juro variável	Empréstimos prazos	Descoberto bancário	Taxa juro variável	Taxa de esforço	Juro simples e composto	Média
Curso	CF	32,5%	21,7%	31,6%	33,8%	2,6%	39,0%	29,9%	36,8%	32,5%	26,0%	30,3%	27,3%	28,6%
	GDL	11,7%	8,2%	13,4%	15,6%	0,9%	12,1%	6,9%	19,5%	13,4%	10,8%	13,9%	8,2%	11,2%

#### 4.6. Compreensão financeira % respostas corretas por variável

Variáveis		Média % respostas corretas
Curso	CF	28,6%
	GDL	11,2%
Situação ocupacional	Estudante e trabalhador(a) a tempo inteiro	18,9%
	Estudante (só)	17,3%
	Estudante e trabalhador(a) a tempo parcial	4,8%
	Estudante e desempregado	1,1%
Residência	Casa dos pais	19,0%
	Habitação própria	14,9%
	Casa alugada	4,9%
	Residência Universitária	0,9%
Tipo de crédito detido	Cartão de crédito	20,9%
	Crédito à habitação	10,6%
	Crédito automóvel	6,7%
	Crédito pessoal	5,3%
	Outro	2,1%
	Descoberto bancário negociado	1,8%
	Crédito estudantes	1,3%
	Leasing, renting ALD	0,5%
Nº créditos detidos	0	22,9%
	1	9,8%
	2 a 4	8,9%
	mais de 5	0,5%